a folha

Boletim da língua portuguesa nas instituições europeias

https://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/pt_magazine_pt.htm

N.º 71 — primavera de 2023

O PRAZER DE *FOLHEAR* — *Victor Macedo* 1
O ENSINO DA TRADUÇÃO E A TRADUÇÃO NO ENSINO — *Philippe Magnan Gariso* 7
AS LÍNGUAS DA RAIA — INTERCOMPREENSÃO E ORTOGRAFIAS — *Paulo Correia* 9
O GUARDA-CHUVA DO JOSÉ — *Carlos Garrido* 18
EM TORNO DO ALFABETO DE SÃO CIRILO (I) — *Jorge Madeira Mendes* 20
EM TORNO DO ALFABETO DE SÃO CIRILO (II) — *Jorge Madeira Mendes* 22
AFONSOS, SANCHOS & C.ª — *João Miranda* 24
ANTENA DA DGT COMO ESCOLA PARA O TRADUTOR — TESTEMUNHO NA PRIMEIRA PESSOA — *Helena Amaral Lopes* 25

O prazer de *folhear*

Victor Macedo
Comité Económico e Social Europeu — Comité das Regiões

O boletim «a folha» está de parabéns: este ano, celebra trinta anos de existência e o seu septuagésimo primeiro número[1]. Nascida como «folha de informação BXL/LUX», mais boletim de partilha de dados e informações entre colegas de um mesmo serviço[2] do que uma verdadeira publicação destinada a um público mais alargado e dedicada a temas de interesse universal, poucos teriam então acreditado que hoje teria leitores nos meios académicos internacionais e acolheria contributos de autores espanhóis, alemães ou romenos. «a folha» cresceu e amadureceu, mas a ênfase dos seus artigos continua a ser a língua portuguesa, e mais precisamente as dificuldades com que se veem confrontados os autores ou tradutores de textos em português e as soluções propostas para as superar; ao longo dos anos, «a folha» tem sido um poderoso instrumento de *normalização*, que promove a convergência das práticas de tradução, de uso da terminologia e de redação de textos.

O rigor, a seriedade e a exaustividade de muitos contributos logo desde os primeiros números são, de resto, alguns dos primeiros elementos de surpresa para quem os consulta, a contrastar com a informalidade da apresentação gráfica e com o tom descontraído da exposição; com o passar do tempo, terão sido igualmente os principais fatores do êxito d'«a folha» junto de um público mais vasto. É óbvio que, nos mais de 500 artigos já publicados, se encontram muitos em que predomina um registo mais jocoso, mas mesmo estes apresentam um enorme interesse para o leitor atento, pelo que revelam sobre as preocupações e as prioridades de cada época: mais do que um repositório das investigações, dos estudos, dos debates e das reflexões de tradutores, terminólogos e peritos das instituições da UE e não só, «a folha» é um imenso fresco que reflete as questões mais prementes dos últimos anos, da toponímia à pandemia de COVID-19, passando pelo Acordo Ortográfico de 1990, pela linguagem inclusiva, pela tradução automática e pelo terrorismo internacional.

Percorrer estes 70 números d'«a folha» equivale, assim, a uma breve viagem no tempo e a uma passagem em revista dos temas mais interessantes dos últimos trinta anos (pelo menos no que à tradução nas instituições, nos órgãos e nas agências da União Europeia diz respeito). Para os estudiosos ou amadores das questões linguísticas ou terminológicas, constitui igualmente uma oportunidade de conhecer os pontos de vista e os argumentos dos profissionais do setor, um acervo riquíssimo e compensador que fornece uma extraordinária abundância de pistas e de informações suscetíveis de alimentar novos trabalhos ou de pôr em causa ideias preconcebidas. Para mim, e para quem habitualmente consulta «a folha» ou para ela tem contribuído ao longo dos anos, é sobretudo um momento de nostalgia, uma ocasião de revisitar amigos de há longa data, cuja memória está presente em cada página, e de rememorar discussões acesas, reuniões intermináveis, dúvidas persistentes, mas uma cooperação sempre frutuosa.

* * *

Não deverá surpreender que a *toponímia* tenha sido o tema do primeiríssimo «artigo», da autoria de **Paulo Correia**: desde os anos 80 (ainda antes, aliás, da adesão de Portugal às Comunidades Europeias, como então se chamavam), os serviços de tradução se viam confrontados com a necessidade de estabilizar os nomes dos diferentes países, regiões e capitais (ou principais cidades) da Europa e de outras partes do mundo. É um problema bem conhecido de quem lê regularmente a imprensa («Genebra» ou «Genève»?). O trabalho com textos com línguas originais diferentes gera frequentemente dilemas deste tipo: se seguimos a língua do texto original, corremos o risco de escrever uma vez «Aachen» e outra vez «Aix-la-Chapelle». Seguir a língua do país onde o topónimo se encontra tampouco ajuda sempre («Turku» ou «Åbo»?), e se essa língua usa um alfabeto distinto do nosso, a dúvida está em saber que língua «mediadora» seguir («Heraklion», «Héraklion», «Iraklio», «Candia»?).

Os artigos dedicados à toponímia representam uma percentagem substancial do número total de artigos d'«a folha» e contribuíram em grande medida para a revisão aprofundada do anexo 5 do *Código de Redação Interinstitucional*, concluída em 2012 e comunicada a toda a comunidade linguística em artigo do n.º 40 («A revisão da lista de países do *Código de Redação Interinstitucional*»). A revisão seguiu, como afirma o artigo, «o aportuguesamento em (quase) todos [os] casos, aproximando-se da abordagem prevalecente na maioria dos vocabulários e dicionários portugueses e brasileiros consultados». Prova de que esta opção não é inteiramente consensual foi o artigo-resposta surgido logo no número seguinte, da autoria de **Miguel Magalhães** («O paradoxo do icebergue»), que denuncia o «militantismo ideológico anticosmopolita» dos «aportuguesadores» e alerta para os riscos de uma lista de países «que não é seguida em Portugal e que coloca as instituições europeias numa posição de "mais papista do que o papa"».

Se começo por esta curta «polémica», é porque ela ilustra perfeitamente as dificuldades de uma harmonização que, amiúde, tem de ser iniciada nas instituições da UE, em boa parte porque dá resposta a problemas específicos da tradução nas instituições. A estabilização da terminologia e da linguagem usadas é uma necessidade absoluta, mas pode pôr as instituições da UE em rota de colisão com a(s) prática(s) em Portugal, e aí reside a principal objeção, inteiramente pertinente, de Miguel Magalhães: o que está em causa não é o aportuguesamento em si, e sim o perigo de emergirem duas vertentes distintas do português, uma em Portugal, a outra em Bruxelas e no Luxemburgo. Se em Portugal os topónimos aportuguesados fossem moeda corrente, os adversários do aportuguesamento dificilmente teriam argumentos a contrapor.

A solução ideal passaria pela convergência entre as duas, nomeadamente através de uma cooperação reforçada entre as instituições da UE e as autoridades portuguesas ou de uma maior sensibilização dos principais difusores de conteúdo em português para a importância de aderir a *convenções normalizadoras*: soluções harmonizadas para problemas de todos os dias que, sem implicarem que as opções alternativas são necessariamente incorretas, reconhecem a importância da convergência, pelo menos em determinados contextos (científico, legislativo, administrativo, etc.).

A comunidade de língua espanhola dispõe já da Fundação do Espanhol Urgente (www.fundeu.es), que permite alertar os órgãos de comunicação espanhóis para a nova terminologia que emana da tradução de textos a nível da UE. Sobretudo porque, como salientou **Carlos Matos** no n.º 25 d'«a folha» («A tradução de textos científicos e tecnológicos na Comissão Europeia»), «[em] determinados domínios, não existe ou é escassa a terminologia em português»; a navegação fluvial e a energia nuclear são dois dos exemplos citados pelo autor, mas mesmo determinadas técnicas agrícolas ou de pesca são relativamente desconhecidas em Portugal, o que significa que a terminologia que lhes corresponde ainda não existe em português. Sensibilizar o meio académico, a comunicação social e outros autores e difusores de conteúdos em português para a nova terminologia gerada nas instituições da União Europeia será essencial para familiarizar os falantes e superar a sua natural resistência às novidades.

E uma vez que de criação de terminologia falamos, não poderia haver melhor momento para uma homenagem há muito adiada à pessoa que, n'«a folha», mais contribuiu para a criação e apresentação de novos termos: **Paulo Correia**. Além de mais de 20 artigos consagrados à toponímia dos Estados-Membros e de outros países (as célebres «Fichas de país»), devemos-lhe contribuições sobre temas tão diversos como as cores e os pontos cardeais (n.º 67), os vírus e os viroides (n.º 61), uma série de apontamentos sobre línguas africanas, notas etimológicas, considerações sobre a influência do árabe em Portugal, as siglas das agências da União Europeia (n.º 33), a distinção entre «bilião» e «mil milhões» (n.º 18), as citações dos atos legislativos (n.º 35), o uso do apóstrofo e muitos mais. Será difícil encontrar um número d'«a folha» para que o Paulo não tenha contribuído, isoladamente ou em colaboração com outros colegas, um recorde tanto mais impressionante quando se tem em conta a qualidade e a erudição dos seus textos, características que conferiram a alguns dos seus artigos uma projeção muito superior à que muitos de nós ousariam imaginar.

Cito apenas um exemplo: no n.º 51 d'«a folha», o Paulo publicou (com a colaboração de um colega da DGT, **Luís Miguel Costa**) um artigo, de nome quase alquímico («Nipónio, moscóvio, tenesso e oganésson»), em que propunha o aportuguesamento das novas designações aprovadas pela União Internacional de Química Pura e Aplicada para quatro elementos da tabela periódica, alegando que «importa refletir sobre a fixação dessa terminologia em língua portuguesa, procurando seguir as regras habituais do português para a formação dos nomes dos elementos químicos e evitando aportuguesamentos apressados»; este artigo foi reproduzido, meses mais tarde, no Pórtico da Língua Portuguesa[(3)] e serviu de base ao parecer aprovado pela Comissão do Instituto de Lexicologia e Lexicografia da Língua Portuguesa da Academia das Ciências de Lisboa, de 7 de janeiro de 2018[(4)].

Este é apenas um dos muitos casos em que foram as instituições da União Europeia a criar a terminologia usada em Portugal, facto que em nada deveria surpreender-nos: na verdade, é em boa parte devido à presença de Portugal na União Europeia que o universo da lusofonia se vê na obrigação de acolher tantos novos conceitos e de tentar espelhar tantos termos novos, desde topónimos a técnicas agrícolas ou de pesca oriundas de outras latitudes e às mais recentes designações de novas tecnologias ou descobertas científicas. São já cerca de 200 os artigos que propõem ou dão a conhecer soluções de aportuguesamento de termos estrangeiros em praticamente todos os domínios ou a nomenclatura já convencionada para órgãos e instituições internacionais, etc.

* * *

Se é certo que «a folha» tem contribuído para a difusão de novos conhecimentos e para o enriquecimento da língua portuguesa, não o é menos que tem sido também uma tela em que cada autor projeta os assuntos que considera prioritários ou que mais interesse lhe suscitam, convertendo-se assim num espelho das principais tendências e preocupações linguísticas dos últimos trinta anos.

Desde logo, as novas tecnologias, com todos os neologismos e a nova terminologia que lhes estão associados. Logo na primavera de 2004, **Manuel Leal** (n.º 16, «Ciberneologia») deu o tom chamando a atenção para a dificuldade de traduzir para português o prefixo inglês «*e-*» (pense-se em «*e-mail*» ou em «*e-government*») e o dilema com que os tradutores se veem confrontados: «é aqui que o pobre do tradutor, entalado na interface entre duas línguas, enfrenta o dilema de utilizar o termo original

estrangeiro — e ser visto por muita gente como um colaboracionista na invasão da língua inglesa — ou encontrar uma solução alternativa». A solução proposta pelo autor passa, para a maioria dos casos, enumerados no número seguinte, pela utilização do prefixo «ciber-», subsequentemente adotado para vários neologismos surgidos nos textos da União Europeia e de Portugal («cibercriminalidade», etc.). O facto de o uso deste prefixo não se ter generalizado tanto quanto o autor teria preferido (entretanto, impuseram-se alternativas, como «eletrónico» ou «em linha») não diminui o interesse da iniciativa, nem a validade dos seus argumentos.

Um outro aspeto que tem suscitado dúvidas na comunidade dos tradutores para português é o da linguagem inclusiva. Já em 2006 (n.º 23, «Igualdade dos géneros?»), **Augusto Múrias** assinalara a tendência crescente para utilizar «[a] formulação *igualdade dos géneros* como equivalente a *gender equality*. Senão, vejamos: existe o *Programa relativo à estratégia comunitária em matéria de igualdade dos géneros (2001-2005)*, o Parlamento Europeu possui a *Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros*...». O motivo inicial para a redação do artigo fora a necessidade de encontrar uma tradução uniforme para o Instituto Europeu para a Igualdade de Género (que começou a funcionar em 1 de janeiro de 2007), mas o autor aproveita para compaginar esse problema pontual com uma problemática mais vasta, a saber, a da distinção entre «sexo» e «género», ainda insuficientemente frequente nos textos não especializados em português, e para alertar para o risco de se seguir cegamente o inglês, ou de se procurar ser politicamente correto em prejuízo da correção terminológica.

Prova de que a questão não era pacífica foi o artigo publicado no n.º 24 («Homens e mulheres») por **Maria Eduarda de Macedo**, tradutora da Comissão Europeia que propusera inicialmente «Instituto da Igualdade entre Homens e Mulheres», proposta emendada pelo Conselho para «Igualdade de Género». A autora elenca os diferentes critérios que nortearam o seu trabalho, nomeadamente as perspetivas divergentes entre ciências sociais e ciências biológicas, o «braço de ferro entre correção e incorreção políticas» ou ainda o problema de adequar o termo à realidade para que remete (será que «género» abrange efetivamente toda a complexidade da questão, ou constitui antes uma solução imprecisa que procura derivar o seu conteúdo semântico da mera proximidade formal do inglês?). Num contexto em que o termo «género» não é, porventura, suficientemente transparente em português (contrariamente ao equivalente inglês, «*gender*»), o problema de escolher as soluções mais terminológicas e gramaticais mais adequadas para refletir a evolução das mentalidades e das conceções no que diz respeito aos sexos, aos géneros, aos papéis tradicionais, etc., continuou a suscitar dúvidas pertinentes.

Tanto assim que, poucos anos mais tarde, os serviços de tradução das várias instituições decidiram criar um grupo de trabalho sobre a linguagem inclusiva, cujos trabalhos foram descritos por **Helena Soares** em artigo («Novo grupo interinstitucional sobre linguagem inclusiva») no n.º 55. Este artigo apresenta resumidamente os elementos mais complexos que tiveram de ser tidos em conta e remete para uma série de guias de referência (nessa altura, ainda em fase de elaboração) com soluções para tornar a linguagem menos discriminadora, «[p]orque as palavras não são inócuas. Têm poder: nomeadamente o de discriminar ou de incluir.» Nessa continuidade, não resisto a citar na íntegra o parágrafo que abre o artigo, pelo que ainda tem de atual:

> Muitas pessoas consideram que há outros temas mais importantes (com certeza!), que não é a linguagem que vai fazer mudar a realidade (não, embora possa fazer pensar sobre ela) ou que isto não passa de uma operação «politicamente correta» (também, mas não exclusivamente). Outras consideram que se trata de uma mera questão gramatical. Só que a gramática é reflexo da realidade, como fica demonstrado pela decisão da Academia Francesa, no século XVII, de abandonar o critério da proximidade, optando sempre pela concordância com o masculino (mesmo em relação a um grupo com um homem e 99 mulheres). Passou, a partir de então, a estar errada a frase: *les hommes et les femmes sont belles*. Esta decisão foi justificada pelo «caráter nobre» do género masculino e posteriormente explicada da seguinte forma: *le genre masculin est réputé plus noble que le féminin à cause de la supériorité du mâle sur la femelle*. Felizmente, já não estamos no século XVII. Mas, infelizmente, ainda usamos uma linguagem que o reflete.

Não que a utilização de uma linguagem mais inclusiva e mais respeitadora implique sistematicamente o recurso a neologismos ou a formas de expressão inabituais: por vezes, o vocabulário de todos os dias

é perfeitamente correto. Foi o que comprovou um artigo publicado no n.º 18 («Ciganos, e com muito gosto») por **Nuno Morais** (cujo desaparecimento precoce deixou uma lacuna impossível de colmatar e nos privou de uma contribuição que prometia tornar-se das mais interessantes). O artigo procurou resolver um dilema comum em terrenos «minados» como os dos textos que se referem a minorias: como utilizar uma linguagem acessível para o leitor sem importar para o texto todas as conotações potencialmente negativas que podem estar-lhe associadas? No caso vertente, o autor foi direto ao âmago da questão, ressalvando que «[a]s utilizações depreciativas de "cigano" não parecem argumento bastante para banir o termo; caso contrário, pela mesma ordem de ideias, seria necessário aplicar idêntico princípio, por exemplo, ao termo "judeu". Estes usos são factos linguísticos que, mais do que intimidar os falantes, devem ser encarados com naturalidade.» De resto, os membros da etnia cigana consultados pelo autor exprimiram eles mesmos «alguma perplexidade perante a ideia de se procurar outra designação para a comunidade». Daí a conclusão de que «o primeiro passo para a não discriminação consiste precisamente nisso: em não ter medo das palavras». Os debates em torno desta questão permitiram estabilizar o uso descomplexado do termo «cigano» nos textos da UE.

Se estas questões já podem parecer suficientemente controversas, em nada se comparam, contudo, com a polémica em torno do Acordo Ortográfico de 1990 (AO90), que continuou a exaltar os ânimos e a excitar as paixões muitos anos depois da sua ratificação. Nas palavras de **Jorge Madeira Mendes** em artigo do n.º 53 («A polémica escusada»), «[p]eriodicamente, o tema ressuscita. Mais de quatro anos depois de adotada pelo *Diário da República* e pelos serviços de tradução portuguesa das instituições europeias; utilizada correntemente pelas três maiores estações de televisão e pela maior parte da imprensa escrita de Portugal; ensinada desde há anos nas escolas (o que significa haver já uma geração de jovens portugueses que não sabem escrever de outra maneira) — a ortografia resultante do Acordo Ortográfico de 1990 (AO90) continua a ser cavalo de batalha numa polémica que tem tanto de estéril quanto de desgastante.»

Este desabafo aplicava-se essencialmente aos debates sobre a pertinência ou não do AO90 e sobre a pioria (ou melhoria, segundo a perspetiva) que representou para a ortografia do português: com efeito, a controvérsia continuou a grassar na comunicação social e noutros fóruns, e tornava-se particularmente «estéril» quando parecia não reconhecer que qualquer convenção ortográfica é necessariamente arbitrária e não pode nunca agradar a todos. O que não equivale a dizer que não seja possível criticar construtivamente determinados aspetos dessa convenção, e propor correções pontuais. Assim fez, no mesmo número d'«a folha», **Maria Manuel Monteiro Ricardo**, tradutora jurídica na Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça, propondo que a eterna polémica em torno da grafia de «para» (forma verbal, distinta da preposição «para») fosse resolvida através de uma simples revisão do AO90 para introduzir uma distinção semelhante à de «por»/«pôr», dado que «o AO não é um texto sagrado. Com um acordo entre os que o adotaram, poder-se-ia acabar com a referida homografia indecente para/para, para a transformar em homografia decente pára/para.»

Ainda no mesmo n.º 53, **Paulo Correia** e **Hilário Fontes** descreveram («Orto90 — Converter os textos da União Europeia para o AO90… e não só») as dificuldades da conversão do enorme acervo de textos entretanto produzidos nas instituições, agências e outros serviços da União Europeia para a nova ortografia, trabalho que tropeçou em diversos escolhos imprevistos mas que permitiu «adquirir um conhecimento muito mais aprofundado das questões de ortografia nos documentos da UE» e «reparar uma série de problemas ortográficos cuja existência ou dimensão se desconhecia». Desta forma, foi possível repertoriar uma série de dúvidas que continuavam a aguardar resolução, e que impuseram por vezes, mais tarde, a adoção de uma norma específica para os textos da UE.

Porventura o comentário mais eloquente sobre a esterilidade das polémicas sobre o AO90 veio não de um artigo expositivo, e sim de um texto a oscilar entre o satírico e o literário e constantemente a brincar com as homografias que existiam já na norma ortográfica de 1945 (ou seja, antes dos pretensos dislates do AO90). Em «Palavras, o jogo que sempre jogo» («a folha», n.º 56), **Maria Ana Marques** expôs, num texto só superficialmente trivial e na verdade bastante mais eloquente do que volumes inteiros de ensaios mais técnicos, a vacuidade dos argumentos de quem acusa o AO90 de dificultar a leitura ao criar pares de palavras homógrafas. Eis um excerto: «Ao almoço almoço na cantina. Gosto de espetadas,

porque têm sempre um gosto diferente. Começo pelo começo, tiro-lhes o espeto e com ele espeto os bocadinhos de carne. Deito o molho sobre a carne e depois molho o pão, para que nada sobre. Se tiver sede bebo água, o que é fácil porque na sede do meu trabalho há um chafariz. Às vezes não funciona, mas eu não me transtorno com esse transtorno, porque tenho sempre uma garrafinha de reserva.»

* * *

Para além de espelhar a evolução da língua, os artigos d'«a folha» também se debateram com aspetos gramaticais e outras questões linguísticas espinhosas, talvez porque, como sustentou **Manuel de Oliveira Barata** no n.º 33 («Tradução Técnica — a abordagem portuguesa na Comissão Europeia»), os tradutores da UE se tornaram mais «prudentes, respeitando mais a língua, chegando mesmo a discutir acaloradamente aspetos de pormenor em casos em que não há uma regra gramatical específica e inequívoca». A comprová-lo estão por exemplo as interessantes séries de artigos de **Jorge Madeira Mendes**, dispersos por vários números ao longo dos anos sob os títulos genéricos de «Tendências da língua portuguesa: as inócuas e as iníquas» (9 artigos) e «Um aparte à parte» (10 artigos), além de muitos outros. A intenção do autor era esmiuçar dificuldades concretas do uso do português, sobretudo a nível sintático, ora explicando a convenção estabelecida ora reconhecendo que o português, como qualquer língua viva, continua a evoluir e que as convenções podem mudar.

Não é possível prever se algum dia haverá regras mais claras, ou mais universalmente aceites, para o infinitivo pessoal, a grafia correta do advérbio interrogativo «porquê», as concordâncias verbais, a posição dos pronomes pessoais átonos, etc. Chamar a atenção para as dúvidas e sensibilizar para a utilidade das convenções normalizadoras é uma reação possível, mas vã se não contar com a máxima adesão por parte da comunidade dos falantes, o que requer o contributo de instituições fora de Bruxelas.

Outras séries, igualmente didáticas, concentraram-se mais especificamente em características peculiares da língua portuguesa, como os diferentes artigos intitulados «Português para Estrangeiros — Idiossincrasias curiosas da língua portuguesa» de **Augusto Múrias**. (Ao que parece, estas «idiossincrasias» são suficientemente curiosas para encorajar falantes de outras línguas a colaborar igualmente com «a folha»: foi o caso de **Ulrike Hub**, que por duas vezes — «Aventuras e desventuras de uma tradutora alemã entre portugueses», n.º 52, e «Sardinheiras e cravos», n.º 54 — nos deu a conhecer os seus pontos de vista sobre o português e os aspetos que mais saborosos lhe pareceram: «Quem inventou os "beijinhos grandes"?», pergunta a autora num dos artigos.)

Ainda outras focam aspetos muito concretos da tradução para português, com especial atenção para o risco dos falsos cognatos, como nos «Petiscos de tradução», de **José Frederico Soares**. A qualidade da tradução é igualmente o fio condutor da série de artigos mais longeva d'«a folha»: o autor nunca a apresentou como tal (o lema poderia ser o do título do primeiro artigo, «Temos precisão de concisão!», no n.º 6), mas nos 44 (!) artigos publicados entre 1994 e 2020, **Luís Sabino** conseguiu uma unidade temática e um estilo próprio que são raros noutros contributos. Estes artigos começam geralmente num tom informal, quase frívolo, algures entre o devaneio e a fantasia, mas a transição para assuntos mais sérios nunca tarda, sob a forma de observações extremamente pertinentes sobre a clareza da redação, a tendência para a proximidade excessiva ao original e a condenação da verbosidade inútil; encarados em conjunto, estes contributos dispersos representam um pequeno curso de legística que é extremamente proveitoso para quem trabalha nestas lides e deveria estimular uma reflexão mais sistemática.

* * *

Este percurso pelos 70 números d'«a folha» já vai longo: o mais básico sentido de justiça reclamaria que fossem igualmente evocados momentos altos da sua história, como a colaboração com a publicação-irmã d'«a folha», a espanhola *puntoycoma*, as extensas listas de falsos cognatos publicadas, as interessantes reflexões dos estagiários brasileiros na Direção-Geral da Tradução da Comissão Europeia (Vinícius Santos e Jales da Rocha Filho), os contributos de deputados ao Parlamento Europeu (Edite Estrela, Carlos Coelho e Diogo Feio), o n.º 25 (número especial comemorativo) ou, sobretudo, a grande quantidade de suplementos publicados separadamente e dedicados a temáticas cujo tratamento

não caberia num número normal: entre estes, nenhum se compara, na vastidão do seu escopo e na qualidade do seu conteúdo, ao de **Paulo Paixão**, resenha de todas as espécies de aves do mundo com os respetivos nomes e classificação taxonómica em português (verão de 2021).

E muito mais haveria ainda a rememorar. Independentemente do futuro que lhe esteja reservado, «a folha» já deixou a sua marca no mundo da lusofonia. É agora de esperar que o seu formato continue a agradar aos colegas das instituições da UE, e ao universo da língua portuguesa em geral, e nunca deixe de suscitar interesse ou de encorajar vocações.

Victor.Macedo@eesc.europa.eu

(1) Esta existência não foi totalmente ininterrupta: os primeiros 15 números foram publicados entre 1993 e 1998, mas (com exceção de alguns números especiais até 2001) só em 2004 saiu o n.º 16.
(2) Os primeiros números d'«a folha» foram consagrados ao «trabalho das várias unidades e serviços portugueses do SdT (antigo Serviço de Tradução da Comissão Europeia, atual Direção-Geral da Tradução) de Bruxelas e do Luxemburgo». Gradualmente, começaram a contribuir igualmente colegas de outras instituições e órgãos, mas só a partir da edição de maio/junho de 1995 começou a usar-se o subtítulo «Boletim de informação dos tradutores portugueses das instituições europeias». A partir do n.º 16, «a folha» passou a ser o «Boletim da língua portuguesa nas instituições europeias».
(3) Correia, P. M. S., Costa, L. M., «Nipónio, moscóvio, tenesso e oganésson», *Pórtico da Língua Portuguesa*, 7.12.2016, https://porticodalinguaportuguesa.pt/index.php/publicacoes/artigos/item/niponio-moscovio-tenesso-e-oganesson.
(4) Herold, B. J., Salgado, A., «Os novos elementos químicos», *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, Academia das Ciências de Lisboa, https://www.volp-acl.pt/index.php/ortografia/textos-academicos/os-novos-elementos-quimicos-113-115-117-e-118.

O ensino da tradução e a tradução no ensino

Philippe Magnan Gariso
Tradutor Técnico, Mota-Engil Railway Engineering, S.A.

O caminho para o crepúsculo

Deambulando na Rede, dou com quatro teses/relatórios de estágio para obtenção do grau de Mestre em Tradução(1). Claro, com mais de 40 anos de atividade e um velhinho curso dos anos 80 do século passado *Diplôme d'études universitaires générales* (DEUG-C Langues Étrangères Appliquées, Anglais-Allemand), da Faculté des Langues et Lettres, Université de Grenoble — hoje, Université Stendhal — disse para comigo: «vamos lá ver o que há de novo no mundo da tradução». Ora, não é novidade, a tradução escolar, e até a que se pratica em meio universitário, salvo cursos especializados, não passa de um mero exercício de estilística e de gramática, mau grado tudo o que se possa argumentar em sentido contrário, e a prová-lo, estas teses/relatórios de que me ocuparei. Tenhamos sempre presente que professores de liceu ou universitários não são tradutores, por muito competentes que sejam no ensino de línguas. Num curso de tradução, não se aprende línguas, aprende-se a traduzir. O intuito das versões e retroversões, sobretudo no ensino secundário, mais não serve do que para ensinar ao aluno estruturas gramaticais das línguas-alvo, por exemplo a diástole passiva e ativa, o uso dos tempos e modos verbais, o discurso direto e indireto. Nas universidades, além da consolidação de conhecimentos de gramática, introduz-se a componente estilística, literária, eventualmente o manuseio de dicionários, sem, contudo, se insistir, erradamente, no meu entender, na redação de textos, na elaboração de sínteses, resumos, relatórios e atas, tanto mais que traduzir também é, em boa parte, redigir e adaptar. A este respeito, vale a pena recordar que em rádio, não há quem saiba fazer uma revista de imprensa; Paulo Guerra, ex-jornalista da Antena 1, fazia-as com mestria, há muitos, muitos anos, mas ninguém lhe sucedeu. Também recordo que fiz inúmeras, aquando da minha passagem pelos serviços de cooperação da Embaixada de França, em Maputo; um excelente exercício de redação, síntese e lógica. diga-se.

Mas, voltemos ao que me propus. O ensino da tradução e a tradução no ensino[(2)]. Ao escalpelizar as teses/relatórios em questão, rapidamente se percebe que o que os mestrandos aprendem/aprenderam nada tem que ver com a prática profissional, e bastam dois exemplos simples para ilustrar esta afirmação. Num dos relatórios, uma das mestrandas traduziu «estudo acompanhado» por «*étude guidée*» num certificado de habilitações, referindo que a tradutora responsável pelo seu estágio corrigiu para «*étude surveillée*» — ora, o estudo acompanhado, em Portugal (extinto em 2011), não tinha o mesmo objetivo que «*études surveillées*», já que, o tal estudo acompanhado, nos termos do Decreto-Lei n.º 6/2001[(3)], de 18 de janeiro, não visava o apoio nos TPC, ao invés do modelo francês. Num outro, fez-se corresponder «*Académie*» a «Academia». Passo a explicar: o vocábulo «*Académie*», em França, é uma divisão administrativa por referência ao ministério da Educação e do Ensino Superior, ou seja, é a representação ao nível da região e do *département* do ministério — conceito distinto dos serviços académicos de uma universidade em Portugal; logo, a «serviços académicos» numa certidão de habilitações fazer corresponder «*services académiques*» não me parece acertado, propondo, antes «*services de la scolarité*» a quem competem, nas faculdades francesas, a emissão destes documentos, entre outras funções. Ora, estes erros não são admissíveis num mestrado em tradução. O desconhecimento de vocábulos polissémicos é imperdoável neste estádio de conhecimento académico.

O mais preocupante é que três das teses/relatórios não vão muito além disso mesmo — de relatórios de estágio em escritórios de tradução, ABC Traduções e ONOMA Traduções Lda., contrariamente ao que se espera de uma dissertação de mestrado, ou seja, um tema de investigação. O exposto nessas teses/relatórios é replicado — os mestrandos abordam as mesmas dificuldades em contexto profissional, com algumas variantes, um deles dando nota da elaboração de um livro de estilo para o escritório onde estagiou, perguntando-me qual é a utilidade deste documento com o manancial de informação atualmente disponível em prontuários e manuais de redação, tipografia e legística. Tanto mais que, na realidade, o que a autora da tese apelida de «Livro de Estilo», mais não é do que uma coleção de regras tipográficas e, no meu entender, um livro de estilo encerra muito mais, abordando temas como a estilística, a redação, o emprego de polissémicos, esclarecendo dúvidas sobre determinadas construções frásicas, e outras questões de âmbito idêntico. Um manual de redação ou um manual do tradutor teriam um interesse acrescido, no meu entender. Apenas dois exemplos de livros de estilo (aliás, manuais de redação): o *Chicago Manual of Style*[(4)] e o *Le Français au Bureau*[(5)] (Office Québécois de la Langue Française).

Numa das teses/relatórios, a «*pour servir et valoir ce que de droit*» a mestranda fez corresponder, com aval do escritório onde estagiou «servir e fazer surtir todos os efeitos jurídicos cabíveis» — bastaria, tão só, recorrer à expressão consagrada «para os (devidos) efeitos legais»; num outro momento, a «*prévoyance de vieillesse*» «previdência de velhice» emendado para «aposentadoria» pela supervisora do estágio — «aposentadoria» é um brasileirismo não empregue em Portugal, e «aposentado» diz respeito à função pública; assim preferir-lhe-ia «caixa de previdência» ou «caixa de pensões/regime de pensões». Um outro exemplo, extraído de um documento jurídico, «…*convention sous seing privé*» foi vertido para «convenção privada», em vez do correto «instrumento particular». Um outro exemplo de incorreção é a tradução literal de «4.º escalão de rendimentos» num documento da Segurança Social portuguesa para «*4ème rang de revenus*» em vez de «*4^{e} tranche d'imposition*». Faço aqui um pequeno parêntese e pergunto-me se não se impõe uma reformulação do ensino da tradução, se é que é «tradução» o que se pretende ensinar.

Num determinado momento da tese/relatório, uma mestranda pormenoriza informação sobre os órgãos de funcionamento da Associação Portuguesa de Tradutores, indicando os nomes de quem ocupa que cargos, sem pensar que os respetivos titulares são eleitos para mandatos e que forçosamente podem não ser reeleitos; logo, os tais titulares podem não estar em funções após a publicação do trabalho. A comprovar a insuficiência do método preconizado nestas formações, uma mestranda recomenda o dicionário francês *Le Petit Larousse*, quando, na realidade, o mais comummente empregue, e preferido, desde há muitos anos, é o *Le Petit Robert*, mais completo, no meu entender — o ideal, é dispor de ambos, mas a era digital quase os substitui. Acresce a fraca qualidade redatorial dos resumos em francês e em inglês e dos textos em si das teses/relatórios, caracterizando-se por um vocabulário pobre e vários

erros nas traduções propostas em francês (tradução literal para vocábulos cujo conceito difere) e na escrita dos ordinais, por exemplo, «*2ème*» em vez de «*2^e^*».

A quarta tese versa um tema que nada tem que ver com a tradução «A Semântica das Linguagens dos Jovens em Séries Televisivas Portuguesas e Brasileiras». Se é certo que tem interesse, não vejo qual seja a relação com a tradutologia, já que o mestrando não sugere, nem remete para equivalentes nas línguas estrangeiras e não aborda as técnicas que permitiriam passar do português, quer europeu quer brasileiro, para outras línguas, ou vice-versa. Sem dúvida, estamos perante um contributo para a sociologia, mas quanto à investigação em tradução, pouco ou nada acrescenta. O nosso mister anda pelas ruas da amargura, caminha — lentamente, mas seguramente — para o crepúsculo. Confiemos, apesar de todas as vicissitudes, que o declive se inverta e se transforme em rampa com uma pendente não muito acentuada.

Uma curiosidade para concluir. Na série televisiva «Love Boat» o *Barco do Amor*, na versão portuguesa, que a RTP Memória retransmite, «*bartender*» é traduzido por «*barman*». Um vocábulo empregue nos EUA traduzido em português por um outro usado no Reino Unido!

Philippe.Gariso@mota-engil.pt

(1) Teses/relatórios para obtenção do grau de Mestre em Tradução:
— Mós, M., *A Tradução de Documentos Académicos em Portugal*, Relatório de Estágio de Mestrado em Tradução, Instituto Politécnico de Bragança, Escola Superior de Educação, 2020, http://hdl.handle.net/10198/23153.
— Cruz, C. A. da, *Relatório de Estágio na ABC Traduções: A Tradução na Área Jurídica*, Relatório de Estágio de Mestrado em Tradução Especializada, Universidade de Aveiro, 2017, http://hdl.handle.net/10773/22666.
— Fernandes, C. A. S., *Proposta de Elaboração de Um Guia de Estilo para a Empresa Onoma – Gabinete de Traduções*, Lda., Relatório de Estágio de Mestrado em Tradução, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2019, http://hdl.handle.net/10362/77869.
— Marques, L. F. dos S., *A Semântica das Linguagens dos Jovens em Séries Televisivas Portuguesas e Brasileiras*, Tese de Mestrado em Tradução, Universidade de Lisboa, 2009, http://hdl.handle.net/10451/516.
(2) Delisle, J. (ed.), Lee-Jahnke, H. (ed.), *L'Enseignement de la Traduction et la Traduction dans l'Enseignement*, Otava, Les Presses de l'Université d'Ottawa, 1998.
(3) Decreto-Lei n.º 6/2001 — Aprova a reorganização curricular do ensino básico, *Diário da República*, 1.ª série, n.º 15/2001, 18 de janeiro de 2001, https://data.dre.pt/eli/dec-lei/6/2001/01/18/p/dre/pt/html.
(4) The University of Chicago, *The Chicago Manual of Style* Online, https://www.chicagomanualofstyle.org/home.html.
(5) Guilloton, N., Germain, M., Cajolet-Laganière, H., *Le français au bureau : le grand guide linguistique de l'Office Québécois de la langue française*, 7.ª ed., Les Publications du Québec, https://www2.publicationsduquebec.gouv.qc.ca/francaisaubureau/.

As línguas da raia — intercompreensão e ortografias

Paulo Correia
Antigo funcionário da Direção-Geral da Tradução — Comissão Europeia

Por iniciativa do Conselho da Europa com a Comissão Europeia assinala-se, a 26 de setembro, o **Dia Europeu das Línguas**, uma ocasião para se festejar anualmente a diversidade linguística na Europa. E essa diversidade começa aqui tão perto, logo na raia luso-espanhola. Em 2022, por iniciativa das representações da Comissão Europeia em Portugal e em Espanha, festejaram-se as **línguas da raia**(1), num encontro realizado na Fundação Rei Afonso Henriques, em Samora/Zamora/Çamora.

A nossa raia é a fronteira mais antiga (desde 1297, tratado de Alcanices) e mais longa entre países da União Europeia (1214 km). Uma raia sem grandes obstáculos naturais, que já foi assinalada por castelos e postos aduaneiros — que chegou mesmo a ter uma pequena Andorra entre a Galiza e o norte de

Portugal (o Couto Misto) — e é agora uma simples linha nos mapas delimitada por simples marcos de fronteira (embora faltem alguns na zona de Olivença).

Mas a nossa raia é sobretudo um espaço de convívio de populações e de forte comércio fronteiriço (que também já foi contrabando). Uma raia de gentes habituadas a entenderem-se umas às outras, comunicando na língua dos outros **ou** compreendendo-se falando cada uma na sua própria língua — a raia é, por natureza, um **espaço de intercompreensão**! Foi esse o tema do encontro de 2022.

Ao longo da raia, há o **português** e o **espanhol** (ou castelhano), línguas oficiais de Estado, e há o **galego**(2), a língua da comunidade autónoma da Galiza (variedade nortenha do galego-português). Todas elas são línguas com elevado número de recursos e extensa literatura. Mas, surpresa para os mais distraídos, ao longo da raia, há também as línguas de três comunidades raianas, que, mesmo «cercadas», continuam a resistir como a aldeia gaulesa do Asterix. São elas o **mirandês**, a **fala** e o **barranquenho**. E há ainda povoações fronteiriças de Castela-Leão e da Estremadura espanhola em que a língua tradicional é ou era até há bem pouco tempo o português.

O **mirandês**, cujos direitos linguísticos foram plenamente reconhecidos em 1999(3), é falado na designada **terra de Miranda**, no extremo nordeste de Portugal, atualmente restringida ao concelho de Miranda do Douro e a algumas freguesias contíguas do concelho de Vimioso. Tem como parentes próximos o leonês e o asturiano (este último com academia(4), dicionário(5), gramática(6) e normas ortográficas(7)). Há três variantes do mirandês: o mirandês raiano, o mirandês central e o sendinês. Dispõe de um dicionário eletrónico(8), de uma *Biquipédia*(9) com mais de 4000 artigos e de uma já extensa lista de publicações em língua mirandesa(10), onde se incluem *Ls Lusíadas*, a *Mensaige*, *Asterix L Goulés*, *L Princepicu* ou *Ls Quatro Eibangeilhos*.

A **fala** (ou xalimego), declarada bem de interesse cultural em 2001(11), é a língua dos três municípios do **vale de Xálima**, no extremo noroeste da Estremadura espanhola, nas faldas da serra da Malcata/Gata — Valverdi du Fresnu (Valverde do Freixo), as Ellas (as Elhas) e Sa Martín de Trevellu (São Martinho de Trevelho). Em cada uma destas localidades fala-se uma variante da fala, respetivamente o valverdeiro, o lagarteiro(12) e o manhego. Tem parentesco com o galego-português e mais remotamente com o asturo-leonês. A fala dispõe de um dicionário bilingue (a fala-castelhano e castelhano-a fala), livremente consultável na Internet(13), cobrindo as três variantes. Entre as publicações na fala, além de obras monográficas, destaca-se *U Pequenu Príncipi*/*O Pequenu Príncipi* ou o *Novu Testamentu*.

E o **barranquenho**, reconhecido oficialmente em 2021(14), é falado no concelho de **Barrancos**, no extremo leste do Baixo Alentejo, em Portugal, mas mais próximo da vila andaluza de Encinasola do que de Moura ou de Serpa. É uma língua mista, de base portuguesa e forte influência de falas espanholas meridionais.

O atual estatuto das seis línguas da raia tem reflexo na sua presença nas listagens de códigos para a representação de nomes de línguas ISO 639-1, ISO 639-2, ISO 639-3:

		ISO 639-1	**ISO 639-2**	**ISO 639-3**	**IATE**
português	português	pt	por	por	3529026
espanhol	español	es	spa	spa	3529022
galego	galego	gl	glg	glg	282210
mirandês	mirandés	—	mwl	mwl	—
fala	fala	—	—	fax	—
barranquenho	barranquenhu	—	—	—	—

A intercompreensão

A **intercompreensão** entre todas estas línguas da raia é mais fácil porque todas elas têm um forte parentesco. Todas pertencem a um mesmo grupo, o das línguas latinas da fachada atlântica da península Ibérica, as **línguas ibero-românicas ocidentais**. Uma coisa é certa, a **posição das línguas** presentes ao

longo da fronteira Portugal-Espanha deve-se ao repovoamento que, na Idade Média, se seguiu à reconquista cristã, empreendida de norte para sul pelos reinos de Leão e, posteriormente, Portugal e Castela. Estão, assim, presentes línguas de três subgrupos: o **galaico-português**, o **asturo-leonês** e o **castelhano**.

No encontro de 2022, tivemos vários desafios de intercompreensão. Para começar, tivemos uma verdadeira lição de intercompreensão em que ouvimos uma conversa de um galego com dona Consuelo González Reyes, uma espanhola raiana da Alamedilha, município da província de Salamanca, em que se falou — sem complicações — das línguas da raia:

> Youtube. *A língua de Consuelo*, Valentim R. Fagim,
> https://www.youtube.com/watch?v=7WfOo6aKNWE&t=280s.

Ouvimos, seguidamente, estudiosos das línguas da raia, que falaram — cada um na sua língua — das particularidades e da história do galego, do mirandês, da fala e do barranquenho e também das particularidades do português e do espanhol falados em zonas raianas.

E — talvez o mais importante — ouviram-se alunos de escolas de Caminha, Tui, Miranda do Douro, Valverde do Freixo, Barrancos e Aiamonte, que nos leram nas suas línguas e pronúncias locais os três primeiros capítulos d'*O Principezinho*[15], *O Principiño*[16], *L Princepico*[17], *U Pequenu Príncipi / O Pequenu Príncipi*[18], *U Principizinhu*[19], *El Principito*[20], de Antoine de Saint-Exupéry, a história traduzida em mais línguas a nível mundial.

Exercício — Aqui fica a ligação para essa leitura e o respetivo texto/transcrição na ortografia oficial/oficiosa em cada uma das línguas. Tente descobrir onde se passa de uma língua para outra (a ortografia é uma boa ajuda):

> Youtube. *Dia Europeu das Línguas: O Principezinho*, EuropaConsigo,
> https://youtu.be/vOAD_47131c
>
> **I**
>
> Uma vez, quando eu tinha seis anos, vi uma imagem magnífica num livro sobre a Floresta Virgem chamado «Histórias Vividas». A gravura mostrava uma jiboia a engolir uma fera. Fiz-vos esta cópia.
>
>
>
> O livro dizia que «a jiboia engole a presa inteira, sem mastigar. Depois não se pode mexer e passa os seis meses de digestão a dormir».
> Então, pensei e tornei a pensar nas aventuras da selva, peguei num lápis de cor e fiz o meu primeiro desenho. O meu desenho número 1. Ficou assim:
>
>
>
> Fui mostrar a minha obra-prima às pessoas crescidas. Perguntei-lhes se o meu desenho metia medo.
> As pessoas crescidas responderam: «Porque é que um chapéu havia de meter medo?»
> O meu desenho não era um chapéu. O meu desenho era uma jiboia a fazer a digestão de um elefante. Para as pessoas crescidas entenderem, porque as pessoas crescidas estão sempre a precisar de explicações, fui desenhar a parte de dentro da jiboia. O meu desenho número 2 ficou assim:
>
>
>
> As pessoas crescidas disseram que era preferível eu deixar-me de jiboias abertas e jiboias fechadas e dedicar-me à geografia, à história, à matemática e à gramática. E assim abandonei, aos seis anos de idade,

uma magnífica carreira de pintor. Ficara completamente abalado com o insucesso do meu desenho número 1 e do meu desenho número 2. As pessoas crescidas nunca entendem nada sozinhas e uma criança acaba por se cansar de lhes estar sempre a explicar tudo.
Tiven, pois, que elixir outro oficio e aprendín a pilotar avións. Voei un pouco por todo o mundo. E a xeografía, é certo, serviume de moito. Á primeira ollada sabía distinguir China de Arizona. Isto é moi útil se se perde un na noite.
Ao longo da miña vida tiven montóns de contactos com montóns de xente seria. Vivín moito entre persoas maiores e téñoas visto moi de preto. Non mellorei gran cousa a miña opinión sobre elas.
Cando me atopaba con alguén que me parecía lúcido, facía con el a experiencia do meu debuxo número 1, que conservei sempre. Quería saber se se trataba dunha persoa verdadeiramente comprensiva. Pero sempre me respondían: «É un sombreiro». Entón xa non lle falaba nin de serpes «boas», nin de selvas virxes, nin de estrelas. Púñame á súa altura e faláballe de bridge, de golf, de política e de gravatas. Todos quedaban sempre encantados de coñecer un home tan asisado.

II

Deste xeito, vivín só, sen ninguén con quen poder falar verdadeiramente, ata que tiven unha avaría, hai seis anos, no deserto do Sáhara. Derramárase algo no meu motor. E como non levaba comigo nin mecánico nin pasaxeiros, prepareime para facer, eu soíño, unha reparación difícil. Para min era cuéstion de vida ou de morte. Apenas tiña auga para beber durante oito días.
Na purmeira nuite, deixei-me drumir an riba de l'arena a mil milhas de qualquiera lhugar habitado. Staba bien más solo que un náufrago no meio de l mar.
Podeis anton eimaginar l miu susto, quando, al rumper l die, fui spertado por ua bozica angraçada que dezie:
«Fazei fabor… dezeinha-me ua canhona!
— L quei?
— Dezeinha-me ua canhona…»
Dei um poulo, cumo se oubira caído ua centeilha an riba de mi. Sfreguei bien ls uolhos. Tornei a oulhar i bi un rapazico strourdinario que miraba mi sério para mi. Este ye l melhor retrato que fui capaç de fazer del, uns anhos apuis. L miu dezeinho nun ye tan guapo cumo l modelo, stá claro. Que nun me bóten culpas. Las pessonas crecidas zanimórun-me, als seis años, de l miu futuro de pintor i nun daprendi a dezenhar nada más que quelobrones cerrados e quelobrones abiertos.

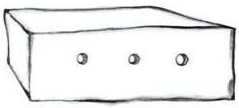
Mirei anton spantado para esta apariçon. Nun bos squéçades que you staba a mil milhas de qualquiera lhugar habitado. Mas l miu rapazico nun parecie nin perdido, nin cansado, nin cun fame, nin cun sede, nin cun miedo. Nun parecie ser un garotico perdido no meio de l dezerto, a mil milhas de qualquiera lugar habitado. Quando fui capaç de falar outra beç, dixe-le:
«Mas… qu'andas a fazer por'qui?»
El tornou a dezir debagarico, cumo se fusse algo mi amportante:
«Fazei fabor… dezeinha-me ua canhona…»
Cuandu o misteriu é demasiáu impresionanti, nun é pusibli desobedecel. Por absurdu que me parecesi, a mil millas de to lugal habitáu i en piligru de morti, saquí do bulsillu unha folla de papel i unha estilográfica. Recurdí entoncis que había estudíáu principalmente geografia, historia, cálculu i gramática, i dixi ao humitu (con un poicu de ma humol) que nun sabía dibujal. Me contestó:
— Nun importa. Dibújami un cordeiru.
Comu jamais había dibujáu un cordeiru, refidi un dos dois únicus dibujus que era capá de fel: O da boa cerrá. Quií estupefactu cuandu uiví ao humitu que me respondía:
— ¡Non! ¡Non! Nun queru un elefanti dentro de unha boa. Unha boa é mui piligrosha i un elefanti mui embarazoshu. Ena miña casha to é mui pequenu. Necesitu un cordeiru. Dibújami un cordeiru.
Entoncis dibují.

Miró atentamenti. Logu dixiu:
— ¡Non! Esti cordeiru está mui enfermu, fai otru.

Ei dibujaba:

Mei amigu sunrió amablimenti, con indulgencia:
— Mira bem… Nun é un cordeiru, é un carneiru. Ten cornus.
Refidi, pois, otra vé o mei dibuju.

Pero o rechazó cumu aos anterioris:
— Esti é demasiáu vellu. Queru un cordeiru que viva mutu tempu.
Entoncis, impacienti, cumu tiña presa por comenzal a desmontal o mei motor, garabatií esti dibuju.



Bueno, me atrebí a dizê:
— Ihtu é a caxa. Dentru dela ihtá a tua obelha.
De repenti, a cara du mê piquenu juí s'iluminô.
— Era memu ehta qu'ê queria! Achah, tu, qu'ela bai a precisá de munta erba?
— Porquê?
— Porqui u mê sítiu é muntu piquininu…
— Ma chega, de certeza. Te di uma obelha muntu piquinina.
Baxô a cabeça par'u desenhu:
Tan piquinina comu issu tamén nãu… Olha! Se ten dormidu…
I foi assín que comecê a falá co'u principizinhu.

III

Me demorê muntu tempu a percebê de dondi eli binha. U principizinhu, que se passaba u tempu fazendu pregunta,… moita trê bintén! Daba a idêa de nunca obí ah minha. Foi uma palabra aquí, uma frasi alí, que, a pocu i pocu, me mohtraron tudu. Cuandu biu, a primêra bê, u mê abiãu (nan bô a desenhá u mê abiãu, porqui é un desenhu complicadu demai para min), me preguntô:
— Peru u que ben a sê aquela coisa?
— Aquilu nãu é uma coisa cualqué. Aquilu boa. Aquilu é un abiãu. É u mê abiãu.
I cuasi rebentaba de orgulhu por dá-lhe a intendê que sabia buá. Ma eli ihclamô:
— U quê?! Te teih caídu du céu?!
— Sin, me tenhu caídu! – dissi eu, co'a maió modéhtia.
— Bamu! que catchondu!
I u principizinhu soltô uma carcahada cahtiça que me dexô emperriadu. É que me gohta que ah minha dihgraça sejon lebá a sériu! Depoi, me preguntô:
— Intãu i tu tamén teih bindu du céu? De que planeta eri tu?
Ihperandu uma migalha de lú que talbê pudessi ajudá a resolbê u mihtériu d' eli ihtá alí, le preguntê de supetãu:
— ¿Vienes, pues, de otro planeta?
Pero no me contestó. Meneaba la cabeza suavemente mientras miraba el avión.
— Verdad es que, en esto, no puedes haber venido de muy lejos…
Y se hundió en un ensueño que duró largo tiempo. Después sacó el cordero del bolsillo y se abismó en la contemplación de su tesoro.
Imaginaos cuánto pudo haberme intrigado esa semiconfidencia sobre los «otros planetas». Me esforcé por saber algo más:
— ¿De dónde vienes, hombrecito? ¿Dónde queda «tu casa»? ¿Adónde quieres llevar mi cordero?
Después de meditar en silencio, respondió:
— Me gusta la caja que me has regalado, porque de noche le servirá de casa.
— Seguramente. Y si eres amable te daré también una cuerda para atarlo durante el día. Y una estaca.
La proposición pareció disgustar al principito:

— ¿Atarlo? ¡Qué idea tan rara!
— Pero si no lo atas se irá a cualquier parte y se perderá…
Mi amigo tuvo un nuevo estallido de risa:
— Pero ¿adónde quieres que vaya?
— A cualquier parte. Derecho, siempre adelante…
Entonces el principito observó gravemente:
— ¡No importa! ¡Mi casa es tan pequeña!...
Y con un poco de melancolía, quizá, agregó:
— Derecho, siempre delante de uno, no se puede ir muy lejos…

Observaram-se, certamente, semelhanças e diferenças, e exercitou-se, sobretudo, uma intercompreensão que compensa desenvolver, pois permite-nos não só viajar pela raia, como viajar pelo mundo e entender melhor mais de 750 milhões de pessoas que têm línguas ibéricas como língua materna.

As ortografias

Na transcrição da leitura d'*O Principezinho* observam-se diferentes códigos ortográficos. O **espanhol** e o **português** têm ortografias reguladas e estabilizadas[21].

O **galego** tem uma situação de binormativismo de facto, com duas normas ortográficas estabelecidas. Uma **ortografia oficial**, do Instituto da Lingua Galega e da Real Academia Galega (ILG-RAG), expressa nas *Normas Ortográficas e Morfolóxicas do Idioma Galego*[22], e uma **ortografia galego-portuguesa** condensada no *Compêndio Atualizado das Normas Ortográficas e Morfológicas do Galego-Português da Galiza*[23], da Comissom Lingüística da Associaçom de Estudos Galegos (AEG), ou na *Ortografia Galega Moderna Confluente com o Português no Mundo*[24], da Comissom Lingüística da Associaçom Galega da Língua (AGAL), ou ainda no *Dicionário Estraviz*[25]. A ortografia ILG-RAG aproxima-se da ortografia espanhola, enquanto a ortografia AEG/AGAL se aproxima da ortografia portuguesa. Alguns exemplos de diferenças ortográficas desse binormativismo:

	AFI	**gl ILG-RAG**	**cf. es**	**gl AEG/AGAL**	**cf. pt**
LL/LH	/ʎ/	cu**ll**er	—	co**lh**er	colher
Ñ/NH	/ɲ/	ma**ñ**á	mañana	ma**nh**á	manhã
C/Z (e-i)	/θ/[26] (ou /s/[27])	lu**c**ir	lucir	lu**z**ir	luzir
Z/Ç (a-o-u)	/θ/ (ou /s/)	ra**z**a	raza	ra**ç**a	raça
S/SS (intervoc.)	/s/	pa**s**o	paso	pa**ss**o	passo
X/J-G-X	/ʃ/	ho**x**e **x**ente en**x**ame	— gente enjambre	ho**j**e **g**ente en**x**ame	hoje gente enxame
NH/MH	/ŋ/	u**nh**a	una	u**mh**a	uma
-AN/-AM	/aŋ/	capit**án**	capitán	capit**ám**	capitão
-AN/-AO	/aŋ/ / /ao/	irm**án**	hermano	irm**ao**	irmão
-ON/-OM	/oŋ/	coraz**ón**	corazón	coraç**om**	coração
CU/QU-QÜ	/kw/	fre**cu**ente	frecuente	fre**qü**ente	frequente

O **mirandês** tem a *Convenção Ortográfica da Língua Mirandesa*[28], datada de 1999. A **fala** dispõe de uma proposta de ortografia da responsabilidade da associação cultural A Nosa Fala[29], garantindo a unidade interna, mas respeitando a variação local. Já o **barranquenho** tem uma convenção ortográfica em fase de conclusão. As ortografias do mirandês, da fala e do barranquenho adaptaram-se a comunidades linguísticas de dimensão reduzida, que receberam/recebem a instrução em português ou espanhol, tendo automatizado os esquemas ortográficos próprios de uma dessas línguas. Assim, o mirandês tem como pano de fundo a ortografia do português e não a do asturiano (por sua vez próxima da ortografia do castelhano), a fala tem como pano de fundo a ortografia do castelhano e o barranquenho tem como pano de fundo a ortografia do português. Nestas três línguas há a preocupação de marcar bem os aspetos fonéticos diferenciadores. São, assim, ortografias com maior influência fonética do que as do espanhol ou do português.

Por exemplo, o mirandês e a fala são línguas ricas em sibilantes, sete no mirandês, seis na fala:

- mirandês — /s/, /s̱/, /z/, /ẕ/, /ʃ/, /ʒ/, /tʃ/
- fala — /s/, /z/, /ʃ/, /ʒ/, /tʃ/, /dʒ/

Atualmente, o espanhol (padrão) tem apenas duas sibilantes (/s/ e /tʃ/) e o português (padrão) tem quatro (/s/, /z/, /ʃ/ e /ʒ/), valor idêntico ao galego (/s/, /z/, /ʃ/[30] e /tʃ/). Houve, assim, necessidade de encontrar soluções ortográficas para representar essa riqueza fonética do mirandês e da fala:

AFI		**mwl**	**pt**		**fax**	**es**
/s/	Ç	aban**ç**o	avan**ç**o	S	no**s**a	no**s**a
/s̱/	S-SS (intervoc.)	**s**aber pa**ss**o	—	—	—	—
/z/	Z	rapa**z**iada	rapa**z**iada	SH	casha	—
/ẕ/	S	ami**s**ade	—	—	—	—
/ʃ/	X	**x**arope	**x**arope	X	**x**abón	—
/ʒ/	G-J	re**g**istar hoi**j**e	ho**j**e	XH	hoi**xh**i	—
/tʃ/	CH	**ch**amar	—	CH	**ch**amal	**ch**ampú
/dʒ/	—	—	—	DX	**dx**in**dx**a	—

Em anexo a este artigo, podem comparar-se os alfabetos das línguas da raia e o valor de letras e dígrafos.

correiapms@gmail.com

Anexo: Alfabetos da raia

	es[31]	**gl**[32] **ILG-RAG**	**fax**[33]	**pt**[34]	**gl**[35] **AEG/AGAL**	**mlw**[36]
A	/a/ r**a**tón	/a/ r**a**to	/a/ r**a**tón	/a/ r**a**to /ɐ/ **a**não /ɐ̃/ **a**ntes	/a/ r**a**to	/a/ c**a**cho /ɐ/ c**a**chico /ɐ̃/ **a**ntes
B	/b/ **b**ajo /β/ be**b**é	/b/ **b**aixo	/b/ **b**aixu	/b/ baixo	/b/ **b**aixo	/b/ **b**aca /β/ ce**b**ada
C	/k/ **c**uerpo /θ/ **c**enar	/k/ **c**orpo /θ/ **c**ear	/k/ **c**orpu /θ/ **c**eal	/k/ **c**orpo /s/ **c**ear	/k/ corpo /θ/ **c**ear /s/ **c**ear	/k/ **c**abalho /s/ ce**c**ada
Ç	—	—	—	/s/ a**ç**úcar	/θ/ a**ç**úcar /s/ a**ç**úcar	/s/ **ç**apato
CH	/tʃ/ **ch**ampú	/tʃ/ **ch**amar	/tʃ/ **ch**amal	/ʃ/ **ch**amar	/tʃ/ **ch**amar	/tʃ/ **ch**amar
D	/d/ **d**iente /ð/ e**d**a**d**	/d/ **d**ente /ð/ i**d**a**d**e	/d/ **d**enti	/d/ **d**ente	/d/ **d**ente	/d/ **d**ous /ð/ ei**d**a**d**e
DX	—	—	/dʒ/ **dx**in**dx**a	—	—	—
E	/e/ pi**e**dra	/e/ c**e**do /ɛ/ p**e**dra	/e/ p**e**dra	/ɛ/ p**e**dra /e/ c**e**do /ɨ/ pent**e** /ɛ̃/ pr**e**nda	/e/ c**e**do /ɛ/ p**e**dra	/ɛ/ b**eç** /e/ s**e**no /ɨ/ d**e**zir /ɛ̃/ b**e**nga /ɨ̃/ b**e**ndima
F	/f/ **f**ase	/f/ **f**ariña	/f/ **f**ariña	/f/ **f**arinha	/f/ **f**arinha	/f/ **f**arina
G	/g/ **g**ato /x/ **g**eneral /ɣ/ tri**g**o	/g/ **g**ato	/g/ **g**atu /x/ **g**eneral	/g/ **g**ato /ʒ/ **g**enro	/g/ **g**ato /ʃ/ **g**enro	/g/ **g**arbanço /ɣ/ **g**ora /ʒ/ re**g**istar
GU	/g/ **gu**erra /ɣ/ a**gu**a	/g/ **gu**erra	/g/ **gu**erra	/g/ **gu**erra	/g/ **gu**erra	/g/ an**gu**ila /ɣ/ se**gu**ir
H	/Ø/ **h**aber /x/ hámster	/Ø/ **h**aber	/Ø/ **h**abel	/Ø/ **h**aver	/Ø/ **h**aver	/Ø/ **h**aber

I	/i/ re**í**r /j/ c**i**udad	/i/ r**i**r /j/ pe**i**xe	/i/ r**i**l	/i/ r**i**r /j/ ce**i**a /ĩ/ r**i**m	/i/ r**i**r /j/ pe**i**xe	/i/ fr**i**u /j/ a**i**re /ĩ/ b**i**nte
J	/x/ **j**amás	—	/x/ **j**amais	/ʒ/ **j**amais	/ʃ/ **j**amais	/ʒ/ **j**aneiro
K	/k/ kilo	—	/k/ **k**ilu	—	—	—
L	/l/ **l**ibro	/l/ **l**ibro	/l/ **l**ibru	/l/ **l**ivro /ɫ/ a**l**ma	/l/ **l**ivro	/l/ a**l**a /ɫ/ ca**l**do
LH	—	—	—	/ʎ/ co**lh**er	/ʎ/ co**lh**er	/ʎ/ **lh**eite
LL	/ʎ/ **ll**ave	/ʎ/ co**ll**er	/ʎ/ co**ll**el	—	—	—
M	/m/ **m**ojar	/m/ **m**ollar	/m/ **m**ollal	/m/ **m**olhar	/m/ **m**olhar	/m/ **m**olino
MH	—	—	—	—	/ɱ/ u**mh**a	—
N	/n/ ma**n**era	/n/ ma**n**eira	/n/ ma**n**eira	/n/ ma**n**eira	/n/ ma**n**eira	/n/ cami**n**o
NH	—	/ŋ/ u**nh**a	/ŋ/ u**nh**a	/ɲ/ le**nh**a	/ɲ/ le**nh**a	/ɲ/ ma**nh**ana
Ñ	/ɲ/ le**ñ**a	/ɲ/ le**ñ**a	/ɲ/ le**ñ**a	—	—	—
O	/o/ p**o**zo	/o/ p**o**zo /ɔ/ v**o**lta	/o/ p**o**zu	/o/ p**o**ço /ɔ/ v**o**lta /u/ carr**o** /õ/ h**o**nra /w/ m**o**eda	/o/ p**o**ço /ɔ/ v**o**lta	/ɔ/ h**o**me /o/ pu**ô**rta /u/ m**o**lin**o** /õ/ h**o**nra
P	/p/ **p**ez	/p/ **p**eixe	/p/ **p**e	/p/ **p**eixe	/p/ **p**eixe	/p/ **p**umiênto
Q	—	—	—	/k/ **q**uatro	/k/ **q**uatro	/k/ **q**uatro
QU	/k/ **qu**eso	/k/ **qu**eixo	/k/ **qu**eixhu	/k/ **qu**eijo	/k/ **qu**eijo	/k/ **qu**eiso
R	/ɾ/ ca**r**a /r/ **r**atón	/ɾ/ ca**r**a /r/ **r**úa	/ɾ/ ca**r**a /r/ **r**atu	/ɾ/ ca**r**a /r/ /ʀ/ **r**ua	/ɾ/ ca**r**a /r/ **r**ua	/ɾ/ ca**r**o /r/ **r**ato
RR	/r/ ca**rr**o	/r/ ca**rr**o	/r/ ca**rr**u	/ʀ/ ca**rr**o	/r/ ca**rr**o	/r/ ca**rr**o
S	/s/ **s**eñor /z/ i**s**la	/s/ **s**eñor	/s/ **s**eñol	/s/ **s**enhor /z/ ca**s**o /ʃ/ ca**s**co /ʒ/ a**s**no	/s/ **s**enhor	/ʂ/ **s**aber /ʐ/ ami**s**ade
SH	—	—	/z/ cami**sh**a	—	—	—
SS	—	—	—	/s/ pa**ss**o	/s/ pa**ss**o	/ʂ/ pa**ss**ar
T	/t/ **t**anto	/t/ **t**anto	/t/ **t**antu	/t/ **t**anto	/t/ **t**anto	/t/ **t**oucino
U	/u/ **u**va /w/ ca**u**sa	/u/ **u**va /w/ ca**u**sa	/u/ **u**va	/u/ **u**va /w/ ca**u**sa /ũ/ alg**u**m	/u/ **u**va /w/ ca**u**sa	/u/ m**u**lhier /w/ p**u**ôrta /ũ/ n**u**nca
V	/b/ **v**aca /β/ a**v**e	/b/ **v**aca /β/ a**v**e	/b/ **v**aca	/v/ **v**aca	/b/ **v**aca	—
X	/ks/ ne**x**o /s/ **x**enón /x/ me**x**icano	/ʃ/ fei**x**e /ks/ ne**x**o	/ʃ/ cai**x**a /s/ /x/	/ʃ/ **f**eixe /ks/ ne**x**o /z/ e**x**ame /s/ má**x**imo	/ʃ/ fei**x**e /ks/ ne**x**o /s/ ne**x**o	/ʃ/ **x**abon
XH	—	—	/ʒ/ quei**xh**u	—	—	—
Y	/j/ ho**y** /ʝ/ a**y**uno /dʒ/ **y**a	—	/j/ vi**y**ú	—	—	/j/ **y**êrba
Z	/θ/ azúcar	/θ/ a**z**ucre	/θ/ a**z**úcar	/z/ lu**z**ir	/θ/ lu**z**ir /s/ lu**z**ir	/z/ rapa**z**a

(1) Europe Direct — Zamora, *Día Europeo de las Lenguas*, 21.9.2022 https://www.europedirectzamora.es/2022/09/21/semana-europa-de-las-lenguas-2022-23-septiembre/.

(2) «Artigo 5
A lingua propia de Galicia é o galego.
Os idiomas galego e castelán son oficiais en Galicia e todos teñen o dereito de os coñecer e de os usar.
Os poderes públicos de Galicia garantirán o uso normal e oficial dos dous idiomas e potenciarán o emprego do galego en tódolos planos da vida pública, cultural e informativa, e disporán os medios necesarios para facilita-lo seu coñecemento.
Ninguén poderá ser discriminado por causa da lingua.»

Xunta de Galicia, *O Estatuto de Autonomía de Galicia: Título Preliminar*, https://www.xunta.gal/estatuto/titulo-preliminar?langId=gl_ES.

(3) Lei n.º 7/99, de 29 de janeiro — Reconhecimento oficial de direitos linguísticos da comunidade mirandesa, *Diário da República*, n.º 24, série I-A, de 29.1.1999, https://data.dre.pt/eli/lei/7/1999/01/29/p/dre/pt/html.

(4) Academia de la Llingua Asturiana, https://alladixital.org/.

(5) Academia de la Llingua Asturiana, *Diccionariu de la Llingua Asturiana* (DALLA), https://diccionariu.alladixital.org/.

(6) Academia de la Llingua Asturiana, *Gramática de la Llingua Asturiana*, 3.ª ed., 2001, https://alladixital.org/productu/gramatica-de-la-llingua-asturiana-3er-ed/.

(7) Academia de la Llingua Asturiana, *Normes ortográfiques*, 8.ª ed. rev., 2021, https://alladixital.org/wp-content/uploads/2022/08/Normes-Ortografiques-8a-edicion-FINAL.pdf.

(8) Portal de Miranda do Douro, «Dicionairo: Dicionário da Língua Mirandesa», http://www.mirandadodouro.com/dicionario/.

(9) Biquipédia, «Bienbenidos a Biquipédia», https://mwl.wikipedia.org/wiki/Biquip%C3%A9dia:P%C3%A1igina_percipal.

(10) Muitos destas publicações podem ser adquiridas diretamente à Câmara Municipal de Miranda do Douro; «Lista de Livros para venda», https://www.cm-mdouro.pt/pages/229.

(11) «Articulo Unico

Se declara Bien de Interés Cultural la «A Fala», habla viva que existe en el Valle de Xálama y más en concreto en las localidades de San Martín de Trevejo, Eljas y Valverde del Fresno como se describe:

Habla viva que es preciso promover, intensificando su conocimiento tanto en la vertiente histórica como en la de su actualidad.

Desde el punto de vista histórico, «A Fala» se relaciona con la diversidad de dialectos románicos peninsulares que, a través de lo sucesivos fenómenos migratorios, constituyeron este riquísimo tesoro patrimonial.»

Decreto 45/2001, de 20 de marzo, por el que se declara Bien de Interés Cultural la «A Fala», *Diario Oficial de Extremadura*, n.º 36, de 27 de março de 2001, http://doe.juntaex.es/pdfs/doe/2001/360o/01040052.pdf.

(12) Lagarteiro refere-se ao facto de as Elhas se situarem num cabeço rochoso (ao contrário das duas outras vilas, que ficam em vales). Como gentílico, lagarteiro é partilhado com Sortelha, igualmente situada em monte rochoso. Os lagartos põem-se nas pedras proeminentes para aquecer ao sol.

(13) Valeš, M., *Diccionariu de A Fala: Lagarteiru, Mañegu, Valverdeñu*, Centro Interdisciplinar de Documentação Linguística e Social (CIDLeS), Minde, 2021, http://cidles.eu/projects/fala-outputs/.

(14) Lei n.º 97/2021, de 30 de dezembro — Reconhecimento e proteção do Barranquenho e da sua identidade cultural, *Diário da República*, 1.ª série, n.º 252, 30 de dezembro de 2021, https://data.dre.pt/eli/lei/97/2021/12/30/p/dre/pt/html.

(15) Saint-Exupéry, A. de, *O Principezinho*, Varela, J. M. (trad.), 20.ª ed., Presença, Lisboa, 2001. ISBN 972-23-2829-8.

(16) Saint-Exupéry, A. de, *O Principiño*, Casares, C. (trad.), 7.ª ed., Editorial Galaxia, Vigo, 2016, ISBN 978-84-9865-034-1.

(17) Saint-Exupéry, A. de, *L Princepico*, Afonso, A. (trad.), Raposo, D. (trad.), Ed. Asa II, Alfragide, 2011, ISBN 978-989-23-1326-9.

(18) Saint-Exupéry, A. de, *U Pequenu Príncipi/O Pequenu Príncipi*, Gaspar, D. F. (trad.), López Fernández, F. S. (trad.), González Rodríguez, J. M. (trad.), Herákleion, Olivença, 2014, ISBN 978-84-942827-2-0.

(19) Saint-Exupéry, A. de, *U Principizinhu*, Correia, V. (trad.).

N.B.: A ortografia utilizada neste trecho pode não coincidir exatamente com a da futura convenção ortográfica do barranquenho.

(20) Saint-Exupéry, A. de, *El Principito*, del Carril, B. (trad.), 36.ª ed., Penguin Random House, Barcelona, 2020, ISBN 978-84-9838-149-8.

(21) Em Portugal, algumas publicações utilizam ainda a ortografia do Acordo Ortográfico de 1945.

(22) Real Academia Galega, *Normas Ortográficas e Morfolóxicas do Idioma Galego*, 3.ª ed., 2012, ISBN 978-84-87987-78-6, https://publicacions.academia.gal/index.php/rag/catalog/view/252/248/152.

(23) Comissom Lingüística da Associaçom de Estudos Galegos, *Compêndio Atualizado das Normas Ortográficas e Morfológicas do Galego-Português da Galiza*, 2017, https://online.fliphtml5.com/mkmdd/tltf/.

(24) Associaçom Galega da Língua, *Ortografia Galega Moderna Confluente com o Português no Mundo*, http://agal-gz.org/faq/doku.php?id=pt_agal:normas:norma_da_agal.

(25) Estraviz, I. A. (dir.), Durão, C. (dir.), *Dicionário Estraviz: Acerca do Estraviz*, https://estraviz.org/acerca-de.php.

(26) «ceceio — ação de cecear; pronúncia das consoantes fricativas alveolares surda e sonora aproximando muito a língua dos dentes», Porto Editora, *Dicionário infopédia da Língua Portuguesa*, https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/cecei o.

(27) «sesseio — peculiaridade linguística de certas zonas e falantes, consistente em suprimir a oposição fonológica entre o fonema interdental fricativo surdo [θ] (z + a, o, u, ou c + e, i) e o lingualveolar fricativo surdo [s], em favor deste último, realizado como predorsal ou ápico-alveolar», Estraviz, I. A. (dir.), Durão, C. (dir.), *Dicionário Estraviz*, https://estraviz.org/sesseio.

(28) Alves, A. B. *et al.*, *Convenção Ortográfica da Língua Mirandesa*, Câmara Municipal de Miranda do Douro, Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, 1999, ISBN 972-96404-5-9.

(29) Asociación U Lagartu Verdi, *Proposta de Ortografía — Ortografía de A Fala: Lagarteiru, Valverdeñu i Mañegu*, https://ulagartuverdi.wordpress.com/category/proposta-de-ortografia/.

(30) «O galego arcaico tiña un son prepalatal fricativo sonoro, [ʒ], representado por g ou j (gesta, geada, gente, janeiro, hoje, beijo), e un son prepalatal fricativo xordo [ʃ], representado por x (coxo, eixe, feixe, dixo, peixe, caixa, queixa, baixar).»; (pág. 22) Real Academia Galega, *Normas Ortográficas e Morfolóxicas do Idioma Galego*, 3.ª ed., 2012, ISBN 978-84-87987-78-6, https://publicacions.academia.gal/index.php/rag/catalog/view/252/248/152.

(31) Porto Editora, *Dicionário infopédia Espanhol-Português*, https://www.infopedia.pt/dicionarios/espanhol-portugues/.

(32) Regueira, X. L. (dir.), *Dicionario de Pronuncia da Lingua Galega*, Instituto da Lingua Galega, http://ilg.usc.gal/pronuncia/.
(33) Asociación Cultural A Nosa Fala, *Proposta da Ortografía de A Fala: Lagarteiru*, 2017, https://ulagartuverdi.files.wordpress.com/2019/03/ortografia-de-a-fala_2017_lag.pdf.
(34) Portal da Língua Portuguesa, *Vocabulário Ortográfico Português* (VOP), http://www.portaldalinguaportuguesa.org/index.php?action=vop&page=info.
(35) Associaçom Galega da Língua, *Ortografia Galega Moderna Confluente com o Português no Mundo*: *II.1 O Alfabeto e o Uso das Letras*, http://agal-gz.org/faq/doku.php?id=pt_agal:normas:norma_da_agal:ortografia:o_alfabeto_e_o_uso_das_letras.
(36) Alves, A. B. *et al.*, *Convenção Ortográfica da Língua Mirandesa*, Câmara Municipal de Miranda do Douro, Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, 1999, ISBN 972-96404-5-9.

O guarda-chuva do José

Carlos Garrido
Professor da Universidade de Vigo, presidente da Comissão Linguística da Associação de Estudos Galegos(1)

[Artigo originalmente publicado a 5 de abril de 2023 no jornal galego *Nós Diario*(2), aqui reproduzido por gentileza do autor e da direção do diário.]

No início do decénio de 1980, meus pais iam alguns domingos ao meio-dia, com os filhos mais velhos, à *Palheira*, umha taberna situada em Velhe, perto de Ourense. Ali, munidos de bebida e de bons pratos de polvo ou de carne ao caldeiro, os fregueses ouviam a charanga do *Cuco de Velhe*, que, em nengum caso, deixava de entoar a peça mais irónica do seu repertório, *O Paraugas do Xosé*(3), cujo refrám «do José, do José» o público era convidado a ecoar coralmente, com irresistível gáudio. Se bem que essa cançom, através do castelhanismo suplente **paraugas* ‘guarda-chuva’, mostrasse já no título o ferrete da intensa degradaçom lexical sofrida polo galego espontáneo, o cunho popular da toada também garantia que nela surgisse, como expressom genuína da fala corrente, o nome próprio do protagonista antecedido por artigo. Com efeito, para os nativos da comarca de Ourense, como para a maior parte dos falantes dos blocos central e oriental do galego, pertence à prática natural e quotidiana da língua um uso constante do artigo definido a preceder os antropónimos (*a Joana*, *o Joám*, *o Souto*, *Forno do Tomás*, *Lar da Sabela*), sem que tal traço morfossintático tenha qualquer conotaçom depreciativa («O Pedro avisou a Raquel para que nom falasse com a Maria»).

Fachada de um restaurante da zona velha de Ourense cuja tabuleta mostra o uso do artigo com nome de pessoa.
© Foto do autor

Em galego-português, esse uso especificado — habitual e nom marcado pejorativamente — dos nomes de pessoa nom só se regista hoje numha porçom substancial dos falantes da variedade galega, como também ocorre nos usos normais da língua nas variedades brasileira e, sobretodo, lusitana, na qual, de facto, o uso *marcado* é o do antropónimo *sem* artigo, que corresponde aos registos mais formais, sobretodo na escrita («Cartão de Cidadão *de* Andreia Vaz Nunes»), e à designaçom de personagens e personalidades («Obras *de* Camões»). Entre as línguas românicas, o uso especificado e nom marcado dos antropónimos também se verifica em catalám (*la Glòria*, *el/en Lluís*), mas em castelhano, como sabemos, é marginal e está conotado como pejorativo ou vulgar (a esse respeito, umha posiçom intermédia ocupa-a o alemám, no qual o uso dos antropónimos especificados, sem conotaçom depreciativa, é algo freqüente na linguagem coloquial: «Das hat mir *die Monika* gesagt» = «Isso dixo-mo *a Monika*»). Como curiosidade, refira-se que a ótima gramática da língua portuguesa editada pola Fundação Gulbenkian[4] — a qual declara galego e português línguas diferentes, dobrando-se perante a ideologia castelhanista do oficialismo espanhol — falsamente afirma, quatro vezes (vol. I: 39, p. 1017-1025), que o português é a única língua românica a usar de forma nom marcada os antropónimos especificados, o que patenteia que só a posse de um Estado assegura às línguas reconhecimento pleno (nem comunidades autónomas nem o microestado andorrano som suficientes).

Neste contexto, é triste e muito eloqüente a atitude do oficialismo lingüístico galego: apesar de o uso normal e nom marcado dos antropónimos especificados ser genuíno, estar largamente representado nos falares galegos contemporáneos, coincidir com o verificado no ámbito luso-brasileiro e contrastar com o verificado na língua que ameaça o nosso idioma, a RAG=ILG[5] nom o fomenta, e a sua presença nos textos galegos orais e escritos orientados polo oficialismo, incluindo os da comunicaçom social, é demasiado reduzida (embora sempre tenha havido escritores proclives [em *A Nosa Cinza*[6], X. Alcalá escreve «Nela criouse o Manencho e fomos nacendo o Fuco, o Lourenzo, a Lucía, a Carmucha e máis eu»] e alguns sinais de progresso: se nas primeiras traduçons galegas do *Harry Potter* os antropónimos especificados brilhavam pola sua ausência, já a partir de *O Cálice de Fogo* [2005] os segmentos de tipo «o Frank» som freqüentes).

Nom se nos deve ocultar que essa falta de promoçom por parte do oficialismo do uso em galego do artigo definido com os antropónimos, na linha de outras obscenas desistências (como a do uso dos nomes em *-feira* dos dias da semana), terá ficado a dever-se à circunstáncia de ele colidir com o castelhano, e colidir frontalmente, pois, sob a óptica, e na sensibilidade, da língua centro-peninsular, tal traço nom só é percebido como alheio, mas também, de facto, como *arrepiante*. Por isso, para regenerarmos o nosso idioma e para travarmos a sua dissoluçom no castelhano, dizermos com normalidade *do José* é importante: assim colocamos o galego em sintonia capacitante com as suas covariedades lusitana e brasileira e, frente ao ameaçador castelhano, erguemos a barreira de umha *legitimidade alternativa*.

cgarrido@uvigo.gal

(1) AEG — Associaçom de Estudos Galegos, https://www.aeg.gal/.
(2) Garrido, C., «O guarda-chuva do José», *Nós Diario*, 5.4.2023, https://www.nosdiario.gal/articulo/lingua/guarda-chuva-do-jose/20230404220944165859.html.
(3) Buscaletras, *Cantigas Populares Galegas: O Paraugas do Xosé*, https://www.buscaletras.com/cantigas-populares-galegas/o-paraugas-do-xose/.
(4) Raposo, E. B. P. *et al*., *Gramática do Português, Vol. 1*, Fundação Calouste Gulbenkian, Coimbra, 2013, ISBN 978-972-31-1456-0.
(5) RAG — Real Academia Galega, https://academia.gal/inicio; ILG — Instituto da Lingua Galega, https://ilg.usc.gal/.
(6) Alcalá, X, *A Nosa Cinza*, Follas Novas, Santiago de Compostela, 1980, ISBN 84-85385-23-3.

Em torno do alfabeto de São Cirilo (I)

Jorge Madeira Mendes
Antigo funcionário da Direção-Geral da Tradução — Comissão Europeia

Comecemos pelo nome do atual presidente da Rússia, que, no cirílico local, se escreve Владимир Владимирович Путин. Acriticamente, transliteramo-lo para português como «Vladimir Vladimirovitch Putin», quando o correto seria, no mínimo, «**Vladímir Vladimirovitch Pútine**».

Explico-me:

Segundo as regras da língua russa, a palavra Владимир tem a sua tónica na penúltima sílaba — Влад**и**мир. O que significa que é uma palavra grave (ou paroxítona).

Dá-se o caso de que, em português, as palavras terminadas em «-ir» têm a tónica na última sílaba, ou seja, são agudas (oxítonas) — cf. «agre**dir**», «fu**gir**», «par**tir**». Excetuam-se, naturalmente, aquelas que regem um acento gráfico, indicativo de que a tónica está alhures — cf. «**már**tir».

Portanto, segundo as regras da língua portuguesa, a grafia «Vladimir» desloca, forçosamente, a tónica para a última sílaba — ou seja, obriga à pronúncia /Vladi**mir**/, uma palavra aguda (ou oxítona) que nos afasta, desnecessariamente, da pronúncia original. À semelhança de «**már**tir», há pois que escrever (e pronunciar) «Vla**dí**mir».

Algo idêntico se passaria com o patronímico Владимирович, que, como palavra derivada de Владимир («Vla**dí**mir»), segue o mesmo padrão de acentuação, pelo que deveria escrever-se (e pronunciar-se) «Vla**dí**mirovitch». No entanto, esta acentuação recairia sobre a quarta sílaba a contar do fim, tornando a palavra sobre-esdrúxula, algo inexistente em português — o que leva à aceitação da grafia «Vladimirovitch» como mais correta em português.

Quanto ao apelido, trata-se de uma palavra grave (paroxítona). Com efeito, o russo Путин pronuncia-se /Pútin/. Mas, uma vez mais, segundo as regras da língua portuguesa, a grafia «Putin» desloca, forçosamente, a tónica para a última sílaba — o que significa que obriga à pronúncia /Pu**tin**/ (cf. «del**fim**», «jar**dim**», «jas**mim**», «Mon**dim**»). E «Pu**tin**» seria uma palavra aguda (ou oxítona) que, de modo idêntico, nos afastaria desnecessariamente da pronúncia original.

O problema deriva do epidémico deslumbramento da lusofonia pelo inglês. Todos temos direito aos nossos gostos pessoais. Eu, por exemplo, nutro um pouco frequente gosto pela língua alemã, pela sua fonética, pela disciplina (ou melhor, quase disciplina…) da sua gramática — mas não sou tão deslumbrado que queira vergar a lógica do português à lógica do alemão. E, pese embora o apreço que me merece a bela língua da Inglaterra, incomoda-me deveras que os meus compatriotas se comprazam na subserviência, transformando o centenário (senão milenar) português numa espécie de pedante crioulo daquela.

Como internacionalmente está muito divulgada a transliteração de Путин como *Putin*, seguindo as regras do inglês (idioma sem acentos ou outros diacríticos), o lusodeslumbramento produz o «Putin» tão conspícuo nos nossos órgãos de informação escrita.

Note-se que, em neerlandês, se escreve *Poetin* e, em francês, *Poutine*, as grafias que, de acordo com as regras destas duas línguas, reproduzem mais fielmente a fonética daquele nome. Por sua vez, os espanhóis, que, nestas coisas, não costumam revelar o mesmo deslumbramento, escrevem *Vladímir Vladímirovich Putin*, reproduzindo com a máxima exatidão a fonética do russo: com efeito, pelas regras do espanhol, a palavra *Putin* é forçosamente grave (ou paroxítona), pronunciando-se /**Pu**tin/ e não

correndo o risco de ser confundida com uma palavra aguda (ou oxítona), que, em espanhol, teria de se grafar como *Putín*.

Em alemão escreve-se *Wladimir Wladimirowitsch Putin*, em húngaro *Vlagyimir Vlagyimirovics Putyin*, em checo *Vladimir Vladimirovič Putin*, em italiano *Vladimir Vladimirovič Putin*, em polaco *Władimir Władimirowicz Putin*, em turco *Vladimir Vladimiroviç Putin*[(1)]. Todos estes exemplos denotam uma criteriosa procura da grafia que, segundo as regras que cada língua convencionou, melhor translitera o alfabeto russo.

De todas estas línguas, o húngaro é a mais notável em perfecionismo. Com efeito, na palavra russa Путин, a consoante representada pela letra т não é apenas o «t» seco do português ou da maior parte das línguas latinas, mas sim um «t» mais doce, quase palatal, que se prolonga por uma semivogal até ao и (o nosso «i») e que a língua húngara soube contemplar pela grafia *Putyin*. Do mesmo modo, no nome próprio, Владимир (e, por extensão, no patronímico, Владимирович), a letra russa д não representa apenas o «d» seco do português ou da maior parte das línguas latinas, mas também um «d» mais doce, quase palatal, a lembrar o «di» carioca de palavras como «diga» ou «dinheiro», prolongado por uma semivogal até ao и (o nosso «i») e contemplado em húngaro pelo par «gy».

Em português, como nunca foi fixada uma norma lógica (entenda-se: uma norma baseada nas regras da nossa ortografia) para a transliteração do russo ou de qualquer outra das línguas que utilizam um alfabeto distinto do latino, e como o deslumbramento pelo inglês é uma constante, recorre-se habitualmente à transliteração inglesa, esquecendo-nos que esta se destina a reproduzir sons segundo as normas da língua em que foi criada. Daí o português «Chechénia», derivado do inglês *Chechnya*, quando o russo Чечня seria mais adequadamente transliterado para português como «Tchetchénia». E quase escusaria de assinalar que, nas diversas línguas acima citadas, a letra cirílica ч/Ч é representada pelas letras latinas que, em cada uma delas, melhor representam a consoante em causa — *Tsjetsjenië* (neerlandês); *Tchétchénie* (francês); *Chechenia* (espanhol); *Tschetschenien* (alemão); *Csecsenföld* (húngaro); *Čečensko* (checo); *Cecenia* (italiano); *Czeczenia* (polaco); enfim, *Çeçenistan* (turco).

A falta de uma norma lógica para a transliteração portuguesa é também causa de, ocasionalmente, um mesmo nome ser transliterado de formas diferentes, consoante a língua de alfabeto latino na qual se basear o redator lusófono. Assim, o nome da cidade russa de Хабаровск é transliterado para inglês como *Khabarovsk*, porque a letra cirílica x/X representa uma consoante, inexistente em inglês e em português, que soa como um misto entre «k» e «h» fortemente aspirado, aquela consoante que o alemão grafa como «ch» em *acht*, *noch* ou *Buch* e o espanhol grafa como «j» em *jara*, *eje*, *Méjico*, *hijo* ou *junto* — de onde o alemão *Chabarowsk* e o espanhol *Jabarovsk* (as grafias que, segundo as regras que cada uma destas duas línguas convencionou, melhor transliteram o alfabeto russo). E, se bem que normalmente escreva «Khabarovsk» (a opção mais avisada, pelas mesmas razões que se aplicaram à transliteração inglesa), o redator lusófono poderá ir acriticamente a reboque do transliterado num texto não inglês que estiver a traduzir.

Por aqui me fico, sem deixar de frisar o deploravelmente escasso amor que parecemos votar ao nosso próprio idioma.

NOTAS FINAIS:

1) Relativamente ao nome do atual presidente da Ucrânia, a reflexão seria, em tudo, paralela. Em cirílico ucraniano, escreve-se Володимир Олександрович Зеленський, que, em português, deveria transliterar-se como «Volodímir Oleksândrovitch Zelênsky».
2) Seriam identicamente recomendáveis as seguintes transliterações: «Lénine»[(2)], «Estáline», «Soljenítsine», «Iéltsine», «Prigójine»… Esta ortografia, que cumpre as regras do português, reproduz, com uma fidelidade inteiramente aceitável, a fonética do russo.
3) Não se tirarão ilações políticas sobre o exemplo onomástico escolhido. O tema fulcral é a (tosca) transliteração do alfabeto cirílico para português, e não outro; e o nome do presidente da Federação da

Rússia foi tão-só um útil instrumento que o atual momento internacional tornou pertinente para a dissertação.

jorge.mendes909@gmail.com

(1) Note-se que, em turco, à semelhança do francês nas palavras não terminadas por «e», as palavras são sistematicamente agudas, ou seja, oxítonas (o que significa que a tónica é a última sílaba), pelo que, diversamente do português, a transliteração para turco não permitiria usar acentos.
(2) Cf. Navais, C., «Teórico Genial, Gigante Revolucionário: Lénine», *Avante!*, n.º 1899, 22.4.2010, *Para a História do Socialismo: Documentos* (arq.), http://www.hist-socialismo.com/docs/Lenine140Av.pdf.

Em torno do alfabeto de São Cirilo (II)

Jorge Madeira Mendes
Antigo funcionário da Direção-Geral da Tradução — Comissão Europeia

A letra cirílica e chama-se, em russo, /ié/ e muitas vezes tem este valor fonético, como, por exemplo, na palavra «нет» («não»), que se pronuncia /nyet/ ou /niet/.

Mas esta letra cirílica pode ter mais de um valor fonético: quando não é o ditongo /ié/, oscila entre /ê/ e /i/ — do mesmo modo que, em português, a letra latina «e», que se chama /é/, pode ter vários valores fonéticos (por exemplo, na frase «m**e**ti m**e**do na m**e**ta»).

Há um valor fonético que a letra cirílica e não pode ter: o som /é/. Este fonema é tão estranho à língua russa que só aparece em palavras de origem estrangeira, e foi preciso inventar uma letra para o representar: a letra э, que aparece em palavras como Аэрофлот (*Aeroflot* — note-se a origem grega do prefixo «aero-»).

Portanto, ao transliterarmos como /Zelênsky/ o nome do presidente da Ucrânia, obtemos uma boa aproximação fonética... desde que pronunciemos o «e» o mais fechado possível: quase um /i/ aquele que se segue ao «Z», e um /ê/ bem fechado aquele que se segue ao «l».

No alfabeto cirílico, o nome escreve-se Зеленський. O que significa aquele caráter que parece um «b» latino entre o с («s») e o к («k»)? Na verdade, o ь não é uma letra (embora o pareça), mas sim um diacrítico, chamado «sinal suave» (em russo: мягкий знак). Destina-se a «palatizar», «adoçar», a consoante que o antecede. Assim, o с («s») seguido do «sinal suave» afasta-se do /ss/ português e torna-se mais líquido e sibilado, como quando as crianças portuguesas, em vez de pronunciarem /sim/, pronunciam quase /xim/.

E o que significam as duas últimas letras (ий)? Não bastaria um só и («i» ou «y»)? Não, pela lógica fonética das línguas eslavas orientais, não bastaria um só и. O som vocálico com que a palavra termina não é um simples e seco /i/, mas um /i/ prolongado.

No entanto, estes últimos pormenores são particularidades do russo e do ucraniano, e podemos evitar preciosismos como a veleidade de reproduzir impecavelmente a sua fonética. A grafia «Zelênsky» permite uma aproximação fonética inteiramente satisfatória. Não haja a pretensão de, numa determinada língua, indicar graficamente os fonemas de outra língua com exatidão absoluta. É isso, aliás, o que permite diferençar o falante nativo (aquele que a tem como língua-mãe). Sabemo-lo bem nós, lusófonos, com os nossos tão típicos «ão», «ãe» ou «em», «ãos», «ães», «ões» e «ens», que são dos indicadores

mais frequentes de estarmos em presença ora de um lusófono de origem ora de um «estrangeiro». O objetivo deve ser uma aproximação fonética *aceitável*, não a reprodução a 100%.

Consideremos agora a cidade da Ucrânia cujo nome se grafa Запоріжжя em ucraniano e Запорожье em russo. Apesar de ambas as línguas utilizarem o alfabeto cirílico, há ligeiras diferenças, a mais notória das quais é a letra i em ucraniano (representativa da nossa vogal «i»), que em russo se representaria por и (em ucraniano, as letras и e i coexistem).

Atentemos na letra ж, cujo nome soa como um português «jê» e que aparece duplamente na palavra ucraniana e isoladamente na palavra russa (a maiúscula seria Ж). Esta letra representa exatamente a consoante que, em português, se grafa por «j» (como em «cajado», «enjeitar», «jiboia», «pejo» ou «ajuda») ou por «g» (quando antes de «e» ou «i», como em «geral» ou «agir»). Ora, em inglês, tal consoante só ocorre em palavras mui raras, como *pleasure*, *leisure* ou *azure*, nas quais a representam as letras «s» e «z». Se o inglês a representasse pelas letras «j» ou «g», falsear-lhe-ia a pronúncia, tornando-a «dj», como em *major* ou *gender*. Por isso, a língua inglesa optou por transliterar o ж como «zh» (como em Живаго, que o inglês translitera como *Zhivago* mas o português translitera, ou deveria transliterar, como «Jivago»). Posto o que, o nome da cidade ucraniana que, em ucraniano, se grafa Запоріжжя é transliterado para inglês como *Zaporizhzhia* (note-se o duplo «zh» a transliterar o duplo ж). E aqui confunde-se tudo em português: sem cuidarem de investigar a verdadeira pronúncia, e movidos pelo já referido deslumbramento, os jornalistas portugueses optam, acriticamente, pela versão «Zaporizhzhia», que pronunciam, ora como /zaporízia/, ora como /zaporídzia/, ora ainda como /zaporídjia/, conforme lhes parece mais sofisticado — quando bastaria ignorarem o duplo ж (impercetível a ouvidos portugueses) e adotarem a grafia «Zaporíjia», pronunciando-a simplesmente à portuguesa. Aliás, a grafia «Zaporíjia» consta da base IATE. Do mesmo modo, a cidade russa de Воронеж, que em inglês se transcreve como «Voronezh», deve ser transcrita em português como «Voroneje».

E, já que falo de cidades russas e do deploravelmente escasso amor que parecemos votar ao nosso próprio idioma, termino com uma referência a «Rostov-on-Don», uma bizarra entidade conspícua nos serviços noticiosos da televisão e da rádio portuguesas. Trata-se da cidade do sul da Rússia que, localmente, se designa Ростов-на-Дону, a saber, «Rostov do rio Don» (visto existir, para nordeste de Moscovo, uma outra Rostov da qual esta deve ser diferençada).

A partícula на tem, em russo, o mesmo significado que *sur le* em francês, *on* e *upon* em inglês (atente-se em «Stoke-on-Trent» e em «Stratford-upon-Avon»), *am* em alemão[(1)]. Esta cidade designa-se Rostov-on-Don em inglês (o que explica a apetência das lusas inteligências por um nome que não é o português classicamente escolhido), mas Rostov-sur-le-Don em francês, Rostov del Don em espanhol, Rostov sul Don em italiano, Rostow am Don em alemão...

Por sua vez, a palavra russa Дону, que se lê /Donú/, é tão-só uma declinação de Дон (em português, Don ou, como alguns preferem grafar, Dom), o rio que a banha. Portanto, na linha das portuguesas Miranda do Douro e Ferreira do Zêzere, Ростов-на-Дону é Rostov do Don (alternativamente: Rostove do Dom), e nunca «Rostov-on-Don». Esta última «variante» não passa de mais uma acrítica filha do lusodeslumbramento pelo inglês.

jorge.mendes909@gmail.com

(1) Note-se que a partícula alemã *am* é apenas a contração de *an+dem*: atente-se em Frankfurt am Main (ou Frankfurt an dem Main), a Francoforte do rio Meno, que se distingue assim de Frankfurt (Oder), a Francoforte do rio Óder, situada na fronteira com a Polónia. Historicamente, também se disse Frankfurt an der Oder, a mais direta equivalente de «Francoforte do Óder», em que, em lugar das palavras *an+dem* (que, pela queda natural da língua alemã, se contraem como *am*), se encontram as palavras *an+der* (que, pela mesma queda natural da língua alemã, não se contraem), visto que a língua alemã assume o nome do rio Main como masculino e o nome do rio Oder como feminino. Atualmente, porém, a designação oficial desta cidade é Frankfurt (Oder).

Afonsos, Sanchos & C.ª

João Miranda
Direção-Geral da Tradução — Comissão Europeia

A numeração dos reis e imperadores é essencialmente convencional e foi «inventada» na transição da Idade Média para a Idade Moderna(1), tendo tido, desde o início, laivos de propaganda nacionalista. O facto de ter monarcas com números «altos» (mesmo que alguns sejam legendários e fictícios, como os Carlos suecos) associa-se de imediato a uma maior antiguidade e prestígio(2). Várias gerações de portugueses devem ter olhado com uma certa inveja para os 23 papas Joões(3), os 18 Luíses de França e mesmo os 13 Afonsos espanhóis.

Mas... vistas bem as coisas, muitos dos Afonsos espanhóis foram também «portugueses». Portugal é tão herdeiro do antigo reino de Leão como a Espanha moderna. Culturalmente talvez ainda mais, pois foi o reino «lusitano» que perpetuou e propagou pelo mundo a sua versão, modernizada, daquela que, pela população, seria talvez a língua maioritária do reino de Astúrias-Leão-Galiza (já para não falar do mirandês). Mesmo depois de o Condado Portucalense assumir um embrião de autonomia, os monarcas asturo-leoneses assinavam indistintamente documentos relativos a conventos e localidades situadas nas zonas de Oviedo, Astorga, Bragança, Guimarães ou Ourense (e mesmo Viseu e Coimbra, cidades conquistadas e reconquistadas por vários desses monarcas, que nelas, por vezes, residiram e morreram). Aliás, foi um desses monarcas — Garcia II, tio-avô de D. Afonso Henriques – que, pela primeira vez, se intitulou explicitamente rei de Portugal («*rex Portugalliae et Galleciae*»)...

A unificação da «Espanha» foi um processo lento e protagonizado por Castela, que passou de pequeno condado mais ligado a Navarra do que a Leão, no séc. XI, a potência hegemónica no séc. XVI, após ter absorvido (física e mesmo culturalmente) os antigos vizinhos e suseranos. Nesse processo de hegemonização, e para reivindicar um prestígio que não tinha em termos de antiguidade, conseguiu impor a «sua» numeração dos monarcas, aproveitando para assimilar a reis de Castela aqueles que haviam sido apenas de Leão, nos casos em que isso era conveniente para «fazer número». Assim, para repor as coisas em ordem, o bisavô do atual monarca seria Afonso XII de Leão(4), Afonso VII de Castela e de Aragão e apenas Afonso III de Navarra, mas Afonso XIII de coisa nenhuma... Mas, pelo mesmo motivo, a historiografia portuguesa podia ter-se «apropriado» dos reis da chamada dinastia asturo-leonesa, que reinaram efetivamente sobre uma grande parte do nosso território atual, e dos quais descendem linearmente os reis de Portugal, tal como os de Castela/Espanha.

Afinal, há pela Europa exemplos semelhantes. Pelos vistos, ninguém se espanta que Carlos Magno, o seu filho e o seu neto sejam Carlos I, Luís I e Carlos II tanto na numeração dos reis de França como dos imperadores romano-germânicos, já que se considera que tanto a França como a Alemanha modernas descendem do império merovíngio-carolíngio (e, no entanto, os Luíses deviam ser «promovidos», se se tivesse em conta a forma mais arcaica Clóvis — assim, o Rei-Sol passaria a deter não só o recorde de longevidade no trono, como também o recorde em termos de numeração dos monarcas europeus...)(5).

Mas também em terras de Sua Majestade britânica a aritmética nem sempre foi linear. Se os historiadores que exaltaram os Normandos e os Plantagenetas tivessem pensado em Eduardo *o Confessor*, o tio da recém-defunta rainha teria reinado efemeramente não como Eduardo VIII, mas como Eduardo IX... Por seu turno, a Itália unificada apenas teria tido um Vítor Manuel II (e não III)... De igual modo, o império alemão teve, em 1888, um efémero imperador Frederico III (na sequência dos reis da Prússia), mas único desse nome.

Nessa lógica, D. Afonso Henriques seria, assim, repentinamente «promovido» a Afonso VII (*ex aequo* com o seu primo Afonso Raimundes), e deixaríamos de ter inveja dos nossos *hermanos*, porque teríamos igualmente um Afonso XII. Também nos Sanchos não ficaríamos atrás, terminando em Sancho IV, aparentemente *ex aequo* com os nossos *hermanos* castelhano-leoneses, mas superando-os na prática, pois um dos seus Sanchos foi apenas de Castela (a menos que se pense nos de Navarra, que foram nada

menos de sete...). A nossa real onomástica ficaria mais rica, pois, além dos Afonsos, Sanchos, Pedros, Joões e quejandos, teríamos ainda os Garcias, Ordonhos, Ramiros, Bermudos, Froilas, já para não falar nos Leovigildos & C.ª. Bem sei que decorar os nomes e cognomes de tão numerosos personagens seria um quebra-cabeças atroz para as crianças entre os seis e os dez anos. Seria Ordonho *o Mau* e Sancho *o Gordo*, ou vice-versa? Felizmente, já não há exame da 4.ª classe. Mas, ao menos, Portugal passaria a ter sessenta reis em vez de trinta e tal, e poderia gabar-se de ser tão antigo como a França (o que, visto sob um certo prisma, até seria verdade, pois mais de metade do território da França moderna fazia parte de outras entidades até aos sécs. XVI/XVII...).

Joao-Manuel.Miranda@ec.europa.eu

(1) Até aí, para designar de forma inequívoca um dado rei, os cronistas recorriam frequentemente a expressões como «o filho (ou pai) de fulano ou sicrano», «o que venceu a batalha *xx*», «o que casou com a infanta *yy*» ou «o que povoou a localidade *zz*). No caso dos imperadores bizantinos, a distinção fazia-se não por números, mas por letras: Constantino α, β, etc.

(2) No caso português, houve, desde o início, o intuito de afirmar uma identidade própria, recusando assumir a «paternidade» leonesa. Embora essa autonomização psicológica tenha proporcionado vantagens no plano estratégico, o desejo de se afirmar «matando o pai» não deixa de ser interessante, podendo ser tema para reflexões psicanalíticas. Mas o mito da fundação quase «milagrosa» de Portugal por D. Afonso Henriques (figura com laivos messiânicos, que forma, com os seus pais, uma espécie de «sagrada família») só se consolidou na transição do séc. XIV para o XV, no rescaldo da crise que poderia ter determinado a perda da independência.

(3) No caso dos papas, a questão é ainda mais complexa, pois alguns foram esquecidos ou duplicados na contagem (o nosso João XXI devia ser João XX, que não existiu) e há antipapas com a mesma numeração de alguns papas...

(4) O processo de apoderação da monarquia leonesa por parte de Castela começou com a atribuição do número a Afonso «VIII», que, por ser apenas rei desta, deveria ser, *strictu sensu*, Afonso III. Já seu primo Afonso «IX», que subiu ao trono leonês pouco depois, deveria ser Afonso VIII de Leão.

(5) Do ponto de vista de «propaganda» histórica, até às Guerras Mundiais e à constituição das Comunidades Europeias, a França e a Alemanha — embora descendentes das mesmas entidades — sempre rivalizaram entre si, considerando-se ambas as legítimas representantes de uma herança milenar. Para a Alemanha do Sacro Império Romano-Germânico, a França era uma espécie de «província rebelde»; para esta, o Império foi sempre uma entidade espúria e ilegítima, sendo os reis de França (até pelo seu poder centralizador) os únicos herdeiros do passado romano, merovíngio e carolíngio. Ainda no séc. XVIII Voltaire dizia que o Império não era santo, nem romano, nem império...

Antena da DGT como escola para o tradutor — testemunho na primeira pessoa

Helena Amaral Lopes
Antiga estagiária da Direção-Geral da Tradução — Comissão Europeia

Lisboa, meados de setembro de 2021, 9 horas. Com passos firmes, mas tensa, dirijo-me para o edifício Jean Monnet e, no seu interior, procuro o piso da Representação da Comissão Europeia. Vou ao encontro da responsável da Antena da Direção-Geral da Tradução (DGT), a eng.ª Ana Garrido. Eu, estudante de mestrado em Tradução (língua alemã), vi-me perante a realidade do meu primeiro contacto com o mundo do trabalho. Iniciava aqui o estágio académico para obtenção do grau, repleto de vivências inesquecíveis e desafios, aos quais procurei responder da melhor maneira. Após os contactos iniciais com as pessoas e os lugares, foi altura de adaptar-me, em simultâneo, aos três fatores concorrentes naquele primeiro momento: o texto a traduzir, a tecnologia e a corrida contra o tempo.

Passado o nervoso inicial da entrada num «universo» novo e desconhecido, rapidamente me senti mais calma graças à simpatia com que fui recebida. Contudo, o *stress* voltaria, não muito tempo depois, e marcaria todo o estágio. Se no início acresceu a dificuldade de me inteirar de meios informáticos, programas e recursos utilizados, não faltou, ao longo deste período, a corrida contrarrelógio, mercê da

principal tarefa de tradução, o comunicado de imprensa, cujas exigências são muito semelhantes às do meio jornalístico. Perante esta dura realidade para o tradutor, em que a quantidade de informação a traduzir em pouco tempo é uma constante, não é de somenos importância uma abordagem mais profunda sobre este tema.

Recebido um computador pessoal, foi preciso configurá-lo de modo a que pudesse aceder aos programas. Tinha já conhecimentos de ferramentas TAC, provenientes da licenciatura, também ela em Tradução, mas a diversidade de *CAT Tools* na DGT gerou em mim tal confusão que, ao início, cheguei a colocar os dois documentos Word lado a lado no ecrã do computador, o texto de partida inglês/francês e o ficheiro daquela que viria a ser a minha tradução. Rapidamente me dei conta de como é pouco viável trabalhar desta maneira, havendo, assim, a necessidade de não «marcar passo» com as traduções de textos extensos e dinâmicos, com constantes alterações. É nesta circunstância que entram em ação os diversos recursos de que dispõe a Comissão, e é esta a «aventura»[(1)] pela qual passa o comunicado de imprensa até ser publicado.

Sabida a tarefa diária a realizar, o Boletim Informativo, também designado *RAPID*, fazendo jus ao nome, urgia traduzi-lo *RAPID*amente do inglês para a língua de Camões. Recebia-o às 9 horas em ponto, já filtrado pela Direção-Geral da Comunicação (DG COMM) com as notícias de maior interesse para Portugal. Feita a tradução portuguesa desses artigos/notícias, a mesma era revista e retornava à origem, a DG COMM, que, por sua vez, divulgava o texto pelo público em geral, incluindo órgãos de comunicação social. Assim, quer pela natureza do texto de partida quer pelos destinatários compreendidos no texto de chegada, a essência do conteúdo e da forma obrigava a revesti-lo de todas as características do texto jornalístico, que se pauta pela clareza das ideias, a escrita escorreita e objetiva, tendo, para isso, de recorrer ao meu «arsenal» de ferramentas — em papel, mas, sobretudo, informáticas. Posso, por isso, afirmar que fui, desde que encetei as minhas tarefas tradutórias na Antena da DGT, posta à prova, não só quanto às minhas competências linguísticas a nível do português, como também no que respeita à parafernália de apetrechos que o tradutor moderno deve dominar, a rapidez com que adquire tais conhecimentos e os põe em prática, como soube que sucederia ao ler Susan Bassnett[(2)].

Como afirmaram, e bem, Minako O'Hagan e David Ashworth[(3)], temos vindo a transitar de sociedades industriais para sociedade de informação. A constatação de Michael Cronin, na senda dos autores supramencionados, alude ao facto de «periferia» deixar de ser apenas um conceito da área da geografia. O que caracteriza uma nação como «periférica» deixa de ser a sua situação geográfica e passa a ser a velocidade com que o conhecimento chega a povos e/ou potenciais consumidores.

> *Peripherality is no longer geographically, but is now chronologically defined. It is defined by the speed with which information-rich (financial products, online support, telemarketing of produced and consumer services) and design-rich (popular music, Web design, advertising) goods and services can be delivered to potential consumers*.[(4)]

Sendo Portugal, já de si, uma nação periférica no contexto europeu do ponto de vista da situação geográfica, é importante fazer chegar o quanto antes a informação e dados pertinentes ao público-alvo. Neste quadro, a rapidez na tradução afigura-se essencial. A solução passou, necessariamente, pela tradução automática.

Acresce a este rol de exigências a necessidade de adaptar o texto e a tradução à realidade sociológica dos leitores portugueses — o primado da localização. Por localização entende-se a adaptação da tradução de um texto de partida, via de regra burocrático, emitido centralmente, tradução essa que deve, depois, ser «talhada» para ir ao encontro das expectativas (culturais ou sociais) dos leitores portugueses. Que ilação podemos daqui retirar? Que a localização incorpora infinitamente mais atributos do que uma mera transferência linguística. Tal ajuste deve ser feito ao texto de cariz jornalístico como a qualquer outro, a fim de reduzir o esforço cognitivo de quem se depara com a tradução e apreende, de forma imediata, o seu conteúdo. Devo admitir que este foi um dos principais embates durante a minha passagem pelo Centro Europeu Jean Monnet, na medida em que a localização se tem vindo a tornar num mercado colossal de prestação de serviços linguísticos, sendo, não obstante, retratada no meio

académico como uma bengala da tradução, quando na verdade se tem revelado basilar para obter qualquer tipo de sucesso comunicacional.

Houve dois exemplos que ficaram particularmente gravados na minha memória — os resultados de Portugal no inquérito *Eurobarómetro 2021 sobre o conhecimento e as atitudes dos cidadãos europeus em relação à ciência e à tecnologia*[5], para o *RAPID* de 23 de setembro[6], e o *Índice de Igualdade de Género de 2021*[7], para publicação a 28 de outubro[8]. Em ambos os casos, a tradução envolveu também uma boa capacidade de redação, competência essa que o tradutor moderno deve impreterivelmente aprimorar, pois anda a par da localização. Estes dois artigos, emanados de um qualquer escritório das sedes em Bruxelas, cuja escrita tinha tanto de «monótono» quanto de impessoal, apenas faziam saber que os resultados dos referidos estudos tinham sido revelados. Contendo o *Eurobarómetro* somente uma hiperligação com mais informações (deixando o leitor mais ávido de conhecimento decidir se queria ou não informar-se), era da minha competência, enquanto agente de tradução e localização, redigir parágrafos de destaque para a percentagem da população com opiniões positivas/negativas sobre os vários domínios. A energia solar, a inteligência artificial e o combate a doenças infecciosas foram os temas que ganharam relevo, sendo, por isso, destacados, com hiperligações ao comunicado de imprensa em linha e a uma ficha pormenorizada. No caso do *Índice de Igualdade de Género*, foi necessário acrescentar a pontuação atribuída a Portugal, dando ao texto de chegada um cunho de «pessoalidade», focando os aspetos em que a edição desse ano se havia centrado e deixando os portugueses saber, naquele exato momento, que nos encontrávamos abaixo da média europeia. As hiperligações concernentes ao *Índice* foram igualmente compreendidas na tradução. E com estes «acrescentos» a um original indiscriminado, o leitor português consultava de imediato e tranquilamente os resultados nacionais, não se perdendo numa série de separadores abertos no seu navegador.

Depreende-se, portanto, que a literacia digital ou eletrónica não é de somenos importância para quem, na atualidade, realiza atividades tradutórias diariamente, devendo o tradutor em questão desbravar os programas de tradução automática ao seu dispor, que hoje em dia incorporam sistemas neuronais (baseando-se em *corpora* paralelos traduzidos por humanos, ao invés da tradução automática palavra a palavra), estando cada vez mais desenvolvidos e reduzindo o tempo de trabalho despendido. Ainda que promissores, constatei que os sistemas neuronais de tradução automática (como o *eTranslation* da Comissão) têm as suas limitações, e a tradução resultante dos neurónios artificiais não dispensa a revisão e pós-edição a «pente fino» do cérebro humano. A este propósito, veja-se o seguinte excerto em inglês de um discurso da presidente Ursula von der Leyen, a 1 de novembro de 2021, a propósito da cimeira COP26[9], a tradução (anedótica) fornecida pelo *eTranslation* e a pós-edição:

Discurso original	**Tradução *eTranslation***	**Pós-edição da tradução**
*I know that all of us here […] want to be on the **right side** of history.*	*Sei que todos nós nesta sala queremos estar no **lado direito** da história.*	*Sei que todos nós nesta sala queremos estar no **lado certo** da história.*

Assim sendo, torna-se por demais evidente que ao tradutor do futuro estarão reservadas tarefas de revisão e pós-edição, uma vez que, no estado atual do desenvolvimento dos programas de tradução automática (neuronal e tradicional), há um conjunto de aspetos que ficam fora do alcance dos programas existentes. A dificuldade em entender os contextos, as figuras de estilo utilizadas, as concordâncias, o uso de preposições ou, no caso apresentado, a polissemia, são alguns dos problemas das traduções obtidas automaticamente, os quais terá o tradutor humano de resolver. A pré-edição afigura-se, por vezes, necessária para lograr recolher termos muito específicos no texto, o que pode ser feito nas plataformas IATE[10] ou EUR-Lex[11].

Pessoalmente, além do *RAPID*, realizei esporadicamente outras tarefas de tradução para a DG COMM, as quais estão interrelacionadas com diferentes suportes de transmissão de mensagens e/ou onde os elementos semióticos são centrais. É de ter em mente que publicações para redes sociais das Representações com mensagens semióticas poderão, no futuro, vir a ter de incluir ilustrações diferentes ao invés de ser «apenas» traduzidas, para se tornarem consentâneas com as culturas dos Estados-Membros em que venham a ser publicadas.

Resumindo, o percurso pela Antena da DGT serviu-me para treinar as novas competências que se colocam ao tradutor no futuro e que passam por um amplo domínio das suas capacidades a nível da redação de diferentes tipos de textos, localização, conhecimento de programas de tradução automática neuronal, pré- e pós-edição, tradução/legendagem e outros suportes multimédia, em interligação com elementos semióticos, tradução esta que nem sempre é devidamente louvada, e que, por vezes, se reveste de significativa dificuldade. Um ano depois, tendo passado por cimeiras globais de tecnologia e realizado trabalhos de tradução, posso reiterar que os métodos utilizados para traduzir se desenvolverão em paralelo com os avanços tecnológicos.

No fim do estágio, vim a saber que tinha sido a primeira estagiária na Antena da DGT em Lisboa, afeta à Representação portuguesa da Comissão, o que me orgulha profundamente. Apliquei, assim, conhecimentos académicos e fui ao encontro de uma realidade extremamente exigente, nova e diversa, mas soube dar resposta, o que me lisonjeia igualmente. Apesar da urgência na realização das tarefas, da concentração necessária que a atividade requer, do dia passado frente ao computador e num ambiente em que as máquinas dominaram o quotidiano, houve ainda tempo e condições para um são convívio, não se perdendo o lado humano que há em todos nós. Essa humanidade traduziu-se no apoio que me foi dado por todos, com especial destaque para a responsável pela Antena, sem esquecer toda a equipa da DG COMM e da Representação.

Passaram-se quatro meses, intensos e desafiantes. No fim, todo o «pessoal» se juntou e pude até organizar um lanche de despedida, já com sabor a Natal, que, para ter mais elã, teve direito a *cozonac* romeno, bolo de mel da Madeira, bombons italianos e trufas *kartoshka* da Ucrânia. Foi único e irrepetível.

hcalopes@gmail.com

(1) O processo de tradução e publicação do *RAPID* foi abordado mais detalhadamente no meu relatório de estágio, visto ter sido esta a principal tarefa de tradução realizada. O relatório está disponível em linha no repositório da NOVA FCSH: https://run.unl.pt/handle/10362/142296.

(2) Tal é afirmado por uma das vozes mais sonantes dos Estudos de Tradução, Susan Bassnett, na sua obra *Translation*. A autora explana sobre o novo paradigma do tradutor na era global, devendo o tradutor moderno possuir muito mais competências do que outrora, tais como o conhecimento intercultural e domínio da tecnologia, a fim de garantir a reportagem de notícias que necessitem de tradução. Bassnett, S., *Translation*, Routledge, Londres, 2014, ISBN 9780203068892, p. 125-126.

(3) Segundo O'Hagan e Ashworth, a interação interpessoal está a ser alterada ao ritmo dos desenvolvimentos no campo das novas tecnologias, havendo uma necessidade cada vez maior de incrementar os níveis de literacia digital da população em geral e dos tradutores em particular, cujo trabalho passará a ser um híbrido entre o Homem e a máquina e assemelhar-se-á ao de um «intérprete» devido à sua rapidez. O'Hagan, M., Ashworth, D., *Translation-Mediated Communication in a Digital World: Facing the Challenges of Globalization and Localization*, Multilingual Matters, Bristol, 2002, ISBN 9781853595806, p. 9-10.

(4) O autor Michael Cronin apresenta na sua obra *Translation and Globalization* um estudo de caso sobre como as alterações económicas e sociais estão conectadas com a florescente indústria de tradução, defendendo que o conceito de periferia se define cronologicamente. Cronin, M., *Translation and Globalization*, Routledge, Londres, 2003, ISBN 9780415270656, p. 83.

(5) Comissão Europeia, «De acordo com o novo inquérito Eurobarómetro, a ciência e a tecnologia beneficiam» de um forte apoio dos europeus», *Espaço da Imprensa*, 23.9.2021, https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/IP_21_4645.

(6) Comissão Europeia: Representação em Portugal, *RAPID: Notícias do Dia*, 23.9.2021, https://ec.europa.eu/newsroom/representations/newsletter-archives/34636.

(7) A pontuação obtida por Portugal em vários domínios do *Índice de Igualdade de Género* 2021 e a comparação com os restados Estados-Membros está disponível em inglês no portal do Instituto Europeu para a Igualdade de Género (EIGE), https://eige.europa.eu/gender-equality-index/2021/PT.

(8) Comissão Europeia: Representação em Portugal, *RAPID: Notícias do Dia*, 28.10.2021, https://ec.europa.eu/newsroom/representations/newsletter-archives/35262.

(9) O discurso da presidente Ursula von der Leyen sobre a cimeira COP26 encontra-se em linha para consulta, em alemão, francês e inglês, no Espaço da Imprensa do portal Europa, https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/SPEECH_21_5741.

(10) *Terminologia da União Europeia (IATE)*, https://iate.europa.eu/.

(11) *Acesso ao Direito da União Europeia (EUR-Lex)*, https://eur-lex.europa.eu.

Exoneração de responsabilidade: Os textos incluídos são da responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião da Redação nem das instituições europeias.
A Redação é responsável pela linha editorial d'«a folha», cabendo-lhe decidir sobre a oportunidade de publicação dos artigos propostos.

Redação: Ana Luísa Faria (Conselho); José Pedro Ferreira (Comissão); Victor Macedo (CESE-CR); José António Mesquita (PE); António Raúl Reis (Serviço das Publicações)
Grupo de apoio: Paulo Correia; Susana Gonçalves (Comissão); Hilário Leal Fontes (Comissão); Ana Lorenzo Garrido (Comissão); Cristina Machado (Comissão); Daniela Ramalho da Silva (PE); Joana Seixas (CESE-CR)
Paginação: Susana Gonçalves (Comissão)
Envio de correspondência: dgt-folha@ec.europa.eu

Edição impressa: oficinas gráficas do Serviço de Infraestruturas e Logística — Bruxelas (Comissão)
Edição eletrónica: sítio Web da Direção-Geral da Tradução da Comissão Europeia no portal da União Europeia — https://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/pt_magazine_pt.htm

Os artigos contidos neste boletim podem ser reproduzidos mediante indicação da fonte e do autor.

Centro de Informação Europeia Jacques Delors
DGAE/Ministério dos Negócios Estrangeiros

A coleção completa d'«a folha» está disponível no catálogo em linha da Biblioteca Jacques Delors
https://infoeuropa.eurocid.pt/pesquisar/wti=(a+folha)+AND+(wfmt=se+OR+wfmt=an)/catalogo=bibliografico

«a folha» ISSN 1830-7809

ISSN 1830-780-9
9 771830 780004